

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2007



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2007



Presidente da Assembleia da República
Jaime José Matos da Gama

Vice-Presidentes

Manuel Alegre de Melo Duarte
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
António Filipe Gaião Rodrigues
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Secretários da Mesa

Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado
Abel Lima Baptista

Vice-Secretários da Mesa

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Maria Isabel Coelho Santos
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro



Conselho de Administração

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Presidente

Jorge Fernando Magalhães da
Costa
Representante do GP do PPD/PSD

José Baptista Mestre Soeiro
Representante do GP do PCP

João Guilherme Nobre Prata
fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

Helena Maria Moura Pinto
Representante do GP do BE

Heloísa Augusta Baião de Brito
Apolónia
Representante do GP do PEV

Maria Adelina de Sá Carvalho
Secretária-Geral da AR

Vitor Manuel Leal Madeira
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

| | |
|------------------|---|
| AFID | Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente |
| AIP | Associação Industrial Portuguesa |
| AIPFP | Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa |
| ANSTP | Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe |
| APCE | Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa |
| APEM | Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica |
| APM | Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo |
| APNATO | Assembleia Parlamentar da NATO |
| AP OSCE | Assembleia Parlamentar da OSCE |
| AR | Assembleia da República |
| ASGP | Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos |
| ASG – PLP | Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa |
| ASG – UIP | Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar |
| AWEPA | Association of European Parliamentarians for Africa |
| BE | Bloco de Esquerda |
| CADA | Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos |
| CDS-PP | Centro Democrático Social – Partido Popular |
| CFPI | Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar |
| CIC / RP | Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas |
| CINF | Centro de Informática da AR |
| CIVITAS | Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis |
| CNE | Comissão Nacional de Eleições |
| CNPD | Comissão Nacional de Protecção de Dados |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| DAC | Divisão de Apoio às Comissões |
| DAR | Diários da Assembleia da República |
| DAPAT | Divisão de Aprovisionamento e Património |
| DAPLEN | Divisão de Apoio ao Plenário |
| DE | Divisão de Edições |
| DGF | Divisão de Gestão Financeira |
| DILP | Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar |
| DR | Diário da República |
| DRHA | Divisão de Recursos Humanos e Administração |
| DSAF | Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros |
| DSATS | Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado |

| | |
|---------------|--|
| DSDIC | Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão |
| EAT | European Association for Terminology |
| ERC | Entidade Reguladora para a Comunicação Social |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FPI | Fórum Parlamentar Ibero-americano |
| GABSG | Gabinete do Secretário-Geral |
| GARIP | Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo |
| GP | Grupo Parlamentar |
| GR% | Grau de Execução (percentagem) |
| IGELU | International Group of Ex-Libris |
| LOFAR | Lei Orgânica da Assembleia da República |
| MNE | Ministério dos Negócios Estrangeiros |
| NATO | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| OAR | Orçamento da Assembleia da República |
| OE | Orçamento de Estado |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCE | Organização para a Segurança e Cooperação na Europa |
| PAR | Presidente da Assembleia da República |
| PCP | Partido Comunista Português |
| PESD | Política Europeia de Segurança e Defesa |
| PEV | Partido Ecologista "Os Verdes" |
| PNTL | Parlamento Nacional de Timor Leste |
| POC-AR | Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República |
| POCP | Plano Oficial de Contabilidade Pública |
| PS | Partido Socialista |
| PSD | Partido Social Democrata |
| SIGAR | Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República |
| UEFA | União Europeia das Associações de Futebol |
| UEO | União da Europa Ocidental |
| UIP | União Interparlamentar |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |

Índice

| | |
|---|-----------|
| NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 10 |
| 1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL | 13 |
| 1.1 OAR 2007 | 13 |
| 1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2007 | 17 |
| 2. ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 22 |
| 2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES | 26 |
| 2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES | 27 |
| 2.3 DIPLOMACIA PARLAMENTAR | 28 |
| 2.4 GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE | 39 |
| 2.5 RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES E DE ENTIDADES OFICIAIS, CERIMÓNIAS E OUTRAS REUNIÕES | 41 |
| 2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES | 47 |
| 2.7 PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA | 48 |
| 3. ACTIVIDADES DE APOIO | 51 |
| 3.1 GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO | 52 |
| 3.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS | 57 |
| 4. ACTIVIDADE EDITORIAL | 63 |
| 5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 67 |
| 5.1 BILATERAL | 67 |
| 5.2 MULTILATERAL | 69 |
| 6. FINANCIAMENTO DE ENTIDADES AUTÓNOMAS | 70 |
| 7. INVESTIMENTOS | 72 |
| 7.1 PROJECTOS TRANSITADOS PARA 2008 | 76 |
| 8. EXECUÇÃO FINANCEIRA | 77 |
| 8.1 DAS DESPESAS | 77 |
| 8.2 DAS RECEITAS | 79 |
| 9. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 | 82 |
| NOTA FINAL | 85 |

Índice de Quadros

| | | |
|------------------|---|-----------|
| QUADRO 1 | ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2007 | 16 |
| QUADRO 2 | SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 17 |
| QUADRO 3 | SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM SUBVENÇÃO P/CAMPANHAS ELEITORAIS | 18 |
| QUADRO 4 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES | 18 |
| QUADRO 5 | EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 20 |
| QUADRO 6 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR” | 24 |
| QUADRO 7 | EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR” | 25 |
| QUADRO 8 | REUNIÕES (UIP) | 29 |
| QUADRO 9 | REUNIÕES (APNATO) | 30 |
| QUADRO 10 | REUNIÕES (APCE) | 32 |
| QUADRO 11 | REUNIÕES (APEM) | 33 |
| QUADRO 12 | REUNIÕES (OSCE) | 34 |
| QUADRO 13 | REUNIÕES (UEO) | 35 |
| QUADRO 14 | REUNIÕES (APM) | 36 |
| QUADRO 15 | OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS | 37 |
| QUADRO 16 | EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO | 39 |
| QUADRO 17 | QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 48 |
| QUADRO 18 | ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO” | 51 |
| QUADRO 19 | EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO” | 51 |
| QUADRO 20 | LANÇAMENTOS EDITORIAIS | 66 |
| QUADRO 21 | EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS | 70 |
| QUADRO 22 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS | 71 |
| QUADRO 23 | EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO | 72 |
| QUADRO 24 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS | 72 |
| QUADRO 25 | PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2008 | 76 |
| QUADRO 26 | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | 77 |
| QUADRO 27 | ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2008 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | 78 |
| QUADRO 28 | EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS | 79 |
| QUADRO 29 | GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS EM 2007 | 80 |

Índice de Gráficos

| | | |
|--------------------|--|-----------|
| GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS | 20 |
| GRÁFICO 2.1 | DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2007 | 21 |
| GRÁFICO 2.2 | DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL EM 2007 | 21 |
| GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES | 23 |
| GRÁFICO 4 | PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES | 26 |
| GRÁFICO 5.1 | EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS | 55 |
| GRÁFICO 5.2 | DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO | 55 |
| GRÁFICO 6.1 | EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS | 56 |
| GRÁFICO 6.2 | DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO-ALVO | 56 |
| GRÁFICO 7 | EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL | 58 |
| GRÁFICO 8 | EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS | 59 |
| GRÁFICO 9 | EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS | 60 |
| GRÁFICO 10 | EFFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS E SEXO | 61 |
| GRÁFICO 11 | EFFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL | 61 |
| GRÁFICO 12 | NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO | 62 |
| GRÁFICO 13 | EFFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE | 62 |
| GRÁFICO 14 | EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL | 66 |
| GRÁFICO 15 | EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR | 81 |
| GRÁFICO 16 | EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS | 82 |



Nota do Conselho de Administração

Nos termos do nº 1 do artigo 59º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** relativo à gerência de 2007, bem como a Conta relativa ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro referente à X Legislatura, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob directa coordenação da Secretária Geral da Assembleia da República.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2007 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 19 de Outubro de 2006, as características gerais da vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a adaptação decorrente da necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das Subvenções para as Campanhas das Eleições Legislativas Regionais da Região Autónoma da Madeira de 2007.

Na globalidade das despesas geriu-se, excluindo a verba das subvenções para as campanhas eleitorais (€1.494.484,25), um total de **€95.784.934** (encontrando-se nesta verba incluídas as Entidades Autónomas, no montante total de €12.060.781, bem como as subvenções aos Partidos Políticos, no montante total de €16.287.588,30) com um nível global de **execução de 87,13%**, dos quais:

- **€91.010.654** em **Despesas Correntes**, com um nível de **execução de 90,54%**,
e
- **€4.774.279** em **Despesas de Capital** com uma **execução de 50,76%**.

No âmbito da Actividade Parlamentar, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissões Especializadas, recebeu entidades estrangeiras e esteve representada nas delegações da UIP, APNATO, AIPFP, APCE, APEM, OSCE, UEO, APM e FPI.

Revestiu particular importância a actividade desenvolvida no âmbito da Presidência da União Europeia, tendo-se criado para o efeito no OAR2007 uma actividade específica – Actividade 304 – Presidência da União Europeia.

Efectivamente, a Presidência Portuguesa da União Europeia ocorreu no 2º semestre de 2007, teve grande impacto na actividade parlamentar corrente, considerando a tradição das presidências parlamentares e o crescente envolvimento dos Parlamentos Nacionais nas actividades da União Europeia.



A assinatura do Tratado de Lisboa a 13 de Dezembro veio reforçar o papel dos parlamentos na vida da EU, designadamente pela introdução de mecanismos de alerta.

Assim, tendo subjacente e por fundamento esta Presidência, releva-se a organização, pelas Comissões Parlamentares da Assembleia da República, de 5 reuniões de Conferências de Presidentes de Comissões homólogas da União Europeia – Assuntos Internos e Justiça, Defesa, Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus e Orçamento, bem como a realização de duas reuniões Interparlamentares, sob a presidência do Presidente da Assembleia da República: a do Trio de Presidentes de Parlamentos, que integraram a Troika da União Europeia e a Conferência Parlamentar União Europeia/África, prévia à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que se realizou em Lisboa.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO) e no decurso de 2007, sobressai a Sessão da Primavera, realizada na cidade do Funchal, na qual participaram cerca de 450 Deputados de todos os países membros da APNATO. Salienta-se a relevância do Presidente da Delegação da AR, Deputado José Lello, que foi eleito em 2007, por um mandato de 2 anos como Presidente da AP NATO.

A Assembleia da República concluiu em Julho de 2007 um processo de **Reforma do Parlamento**, sendo que os eixos prioritários dessa reforma se traduzem no aumento da transparência e aproximação ao cidadão, em regras de funcionamento mais flexíveis, numa maior planificação do trabalho parlamentar, no reforço dos instrumentos de fiscalização política e do papel das Comissões Parlamentares, num processo legislativo mais exigente, dando, ainda, respostas a questões ambientais.

No que se refere à actividade dos Serviços de Apoio realça-se a implementação, a 1 de Janeiro de 2007, de um Novo Classificador Económico da Receita e Despesa da Assembleia da República, aprovado pelo Conselho de Administração, em 4 de Outubro de 2006, na sequência da Proposta nº92/SG/CA/2006.

O Novo Classificador de Receita e Despesa da Assembleia da República permitiu um maior ajustamento à recente adopção do POC AR, e especificamente à óptica integrada de contabilidade patrimonial, orçamental e de tesouraria, proporcionando, em paralelo, quer uma maior facilidade de análise e interpretação à luz dos critérios de eficácia, eficiência e economia dos recursos financeiros utilizados, quer a viabilização da futura implementação de uma contabilidade analítica na Assembleia da República.

Ainda no que se refere a esta matéria, salienta-se ter-se dado seguimento às recomendações do Tribunal de Contas, procedendo-se a um esforço de harmonização, no sentido de



possibilitar a integração do Novo Classificador Económico de Receitas e Despesas da AR com os restantes classificadores em vigor, o que facilitará a consolidação das contas nacionais.

Deu-se, ainda, continuidade à consolidação da aplicação do POC AR, através da implementação de novos procedimentos de controlo e de registos contabilísticos, bem como da adopção de novos métodos de trabalho por parte dos Recursos Humanos directamente nele envolvidos, factores estes determinantes para a obtenção de resultados positivos a este nível.

É igualmente de sublinhar, ter sido autorizada, pelo Presidente da Assembleia da República, em Abril de 2007, a abertura do concurso público para aquisição de um sistema integrado de gestão da AR – SIGAR - o qual, na presente data, se encontra concluído pela adjudicação da aquisição da aplicação que suportará aquele sistema.

Em matéria de informação continuou-se a desenvolver o programa de investimentos em equipamento informático e em soluções inovadoras de acesso e de alargamento da rede de informação, nomeadamente através da tramitação de processos via arnet – Projecto “Mercúrio” -, e da desmaterialização de diversa documentação que também passou a ser enviada via internet.

A intensificação da actividade editorial própria, a crescente abertura ao público em geral do Palácio de São Bento e a aproximação da Assembleia e da sua actividade parlamentar ao exterior, marcam uma opção clara pela política de transparência, adoptada na presente legislatura.

Por último, é de registar a resposta empenhada e qualificada por parte dos Funcionários Parlamentares envolvidos nas diversas vertentes de acção cometidas aos Serviços deste Órgão de Soberania, sendo de considerar, na gestão efectiva dos recursos humanos, ter sido para o efeito fundamental o investimento prosseguido na sua permanente e adequada formação profissional, com a sua conseqüente motivação.

Cabe salientar, finalmente, que se verificou um crescimento substancial das actividades desenvolvidas na AR, o qual não foi acompanhado de um aumento correspondente de efectivos ao serviço.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR2007

Em 11 de Outubro de 2006, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2007, com base no projecto de proposta coordenado e apresentado pela Secretária Geral, nos termos dos artigos 15º e 24º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, tendo este sido aprovado em Plenário, na sessão de 19 de Outubro de 2006, pela Resolução da Assembleia da República n.º 58/2006, publicada no Diário da República n.º 215 - I Série A, de 8 de Novembro de 2006.

No OAR2007 aprovado, os montantes inscritos para as despesas correntes e de capital ascenderam, respectivamente, a €93.415.533,00 e €7.162.322,00, traduzindo globalmente uma **diminuição de 2,97% relativamente ao OAR2006 corrigido** (cfr Quadro1).

O OAR2007 foi objecto de uma primeira alteração, elaborada nos termos do artº 50º da LOFAR, elaborada pelo Conselho de Administração em 17 de Maio, e submetida à aprovação do Plenário da Assembleia da República a 24 de Maio¹, como **1º Orçamento Suplementar 2007**, alterando-se a dotação global das Despesas de €100.577.855 para €125.755.001, com os seguintes fundamentos:

- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento do exercício de 2006 no montante de €22.900.846,34;
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Provedoria da Justiça apurado à data de encerramento da gerência de 2006, no montante de €429.777,87;
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Comissão Nacional de Protecção de Dados, apurado à data de encerramento da gerência de 2006, no montante de €523.949,25;
- Aumento da previsão de receita própria da Comissão Nacional de Protecção de Dados em €100.000;
- Inscrição do montante de €728.500, proveniente do Orçamento de Estado, necessário ao pagamento da subvenção para a campanha das Eleições Legislativas Regionais da R.A. Madeira, em virtude da antecipação destas Eleições;
- Inscrição do montante de €1.815.710,09, para o pagamento à Caixa Geral de Aposentações da contribuição de 7,5% da Assembleia da República, enquanto

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 19-A/2007 publicada no DR n.º 100 – I Série A, de 24 de Maio

Entidade Patronal, cujo valor não estava previsto no OAR2007 inicial, por não existir à data da sua aprovação qualquer obrigação legal nesse sentido, verificando-se, assim, a necessidade de recorrer a um aumento, de igual valor, das verbas provenientes do Orçamento de Estado;

- Actualização em 4,4% das dotações das rubricas indexadas ao salário mínimo nacional (€403) que serve de base à contabilização dos vencimentos e abonos do pessoal dos Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares, globalmente sujeitos a um *plafond* definido nos termos do art.º 46º da LOFAR, bem como dos montantes das subvenções a pagar aos Partidos Políticos e aos Grupos Parlamentares, nos termos do art.º 47 da mesma Lei;
- Reforço das dotações das rubricas onde se registam os vencimentos dos Deputados, dos Funcionários Parlamentares e do Pessoal dos Gabinetes, de forma a fazer reflectir os efeitos da actualização salarial de 1,5% e a actualização das rubricas onde se contabilizam o subsídio de refeição e o subsídio de jantar, actualizados em 2,1%, e ainda, das relativas à aquisição de bens e serviços, por não ter sido contemplado no OAR2007 inicial verbas nessas rubricas, quer para a referida actualização salarial e dos demais abonos, quer para actualização decorrente da variação dos índices de preços ao consumidor, bem como para a inflação prevista para 2007;
- Reajustamento das dotações de diversas rubricas orçamentais em função dos encargos assumidos em 2006, e transitados para o exercício de 2007, no valor de €3.311 10³, cuja cobertura foi assegurada pelo saldo de gerência apurado;
- Reforço da rubrica inerente às subvenções para as campanhas eleitorais, cujas contas finais ainda se encontravam por apurar, em 31/12/2007, num total de €15.098 10³, dos quais €144.373,32 correspondem às Eleições Legislativas de 2005, €13.994.760,07 às Autárquicas de 2005, e €958.536,38 às Presidenciais de 2006, cuja cobertura foi assegurada pelo saldo de gerência apurado;
- Reforço de algumas rubricas tendo em atenção não só a execução observada nos três primeiros meses do exercício de 2007 e respectiva projecção para esse ano;
- Correção dos valores previstos para a "Sessão da Primavera" da APNATO a realizar na Madeira e para a Presidência da União Europeia;
- Inscrição de verbas para fazer face aos encargos do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, criado em 2007, designadamente senhas de presença, ajudas de custo e transportes (€58.800);
- Inscrição de rubricas em determinadas sub-actividades para uma melhor classificação das despesas, nomeadamente: "Alimentação", "Transportes", "Impostos e Taxas",

“Gratificações” e “Subsídios, suplementos e prémios”;

- Inscrição da rubrica “Bens de domínio público - Edifícios” de forma a individualizar as despesas de investimento realizadas no Palácio de S. Bento, nomeadamente a obra do Hemiciclo, que anteriormente eram classificadas na rubrica “Edifícios”;
- Criação de uma nova alínea (B) da rubrica “04.01.02 – Transferências correntes – Entidades Privadas”, não existente então no actual classificador económico da despesa, tendo em vista a transferência de verbas para a “Associação dos Ex-Deputados” (“04.01.02B”), tendo em consideração ter sido formalmente reconhecido o interesse parlamentar desta Associação (Deliberação nº 7/X, aprovada a 12 de Janeiro, de 2006)

Acresce que as novas classificações e alguns ajustamentos introduzidos no OAR2007 Suplementar tiveram por único objectivo aperfeiçoar a classificação das despesas, no quadro da aplicação, do novo **Classificador Económico da Receita e da Despesa da Assembleia da República, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2007.**

Para além do orçamento suplementar referido, efectuaram-se **quatro alterações orçamentais**, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais não influenciaram, contudo, a despesa global. Essas alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração, respectivamente, em 10 de Julho, 26 de Setembro, 31 de Outubro e 19 de Dezembro do ano em referência.

As alterações aprovadas, quer em sede do OAR Suplementar, quer das quatro Alterações Orçamentais, reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2007

Unidade: Euro

| Actividades | OAR2006 corrigido | OAR2007 inicial | OAR2007 corrigido | Var% | Var% |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4=2/1 | 5=3/1 |
| ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 34.291.022 | 34.112.518 | 35.235.157 | -0,52% | 2,75% |
| ACTIVIDADES DE APOIO | 27.102.233 | 28.650.339 | 32.550.867 | 5,71% | 20,10% |
| ACTIVIDADE EDITORIAL | 2.191.986 | 1.679.000 | 1.905.096 | -23,40% | -13,09% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 767.550 | 631.501 | 469.801 | -17,73% | -38,79% |
| PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA | 0 | 797.064 | 2.280.622 | n.aplic. | n.aplic. |
| OUTRAS ACTIVIDADES | 6.249.092 | 1.000.000 | 15.334 | -84,00% | -99,75% |
| OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES | 70.319.680 | 15.662.889 | 32.186.170 | -77,73% | -54,23% |
| CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM. | 121.946 | 132.895 | 134.039 | 8,98% | 9,92% |
| CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ | 46.481 | 43.419 | 57.425 | -6,59% | 23,55% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 10.626.485 | 10.705.908 | 11.514.761 | 0,75% | 8,36% |
| DESPESAS CORRENTES (1) | 151.716.475 | 93.415.533 | 116.349.272 | -38,43% | -23,31% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 45.000 | 40.000 | 40.000 | -11,11% | -11,11% |
| INVESTIMENTO | 5.558.866 | 6.466.966 | 8.544.499 | 16,34% | 53,71% |
| OUTRAS ACTIVIDADES | 0 | 100.000 | 0 | n.aplic. | n.aplic. |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 1.058.284 | 555.356 | 821.230 | -47,52% | -22,40% |
| DESPESAS DE CAPITAL (2) | 6.662.150 | 7.162.322 | 9.405.729 | 7,51% | 41,18% |
| TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2) | 158.378.625 | 100.577.855 | 125.755.001 | -36,50% | -20,60% |
| ORÇ. S/ SUBVENÇÃO PARA AS CAMPANHAS | 103.655.422 | 100.577.855 | 109.928.831 | -2,97% | 6,05% |

Da análise do Quadro 1 ressalta que o OAR2007 corrigido, face ao OAR2006 corrigido, excluindo as subvenções para as campanhas eleitorais, apresenta um crescimento de 6,05%, sendo que, por outro lado, o decréscimo de 20,6% das despesas totais que se verifica da comparação entre aqueles dois orçamentos (OAR2006 corrigido e OAR2007 corrigido) é determinado pela redução de encargos para subvenções para as campanhas eleitorais.

Em “Despesas Correntes” a variação negativa de 23,31% é influenciada pelo decréscimo de 54,23% em “Outros Encargos Parlamentares”, em que se incluem as subvenções para as campanhas eleitorais, pelo decréscimo de 99,75% que se verifica em “Outras Actividades”, onde se inscreve a dotação provisional, pela redução de 13,09% da “Actividade Editorial”, e ainda pela diminuição em 38,79% da despesa prevista para a “Cooperação Parlamentar”.

No que se refere às “Despesas de Capital” o Quadro 1 evidencia ter sido na subactividade “Investimento” que se verificou um grande aumento percentual, que se traduziu em 53,71%.

1.2 Execução Orçamental — 2007

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

| Tipo de Despesa | OAR2007 corrigido | Execução Orçamental | |
|---------------------------|--------------------|---------------------|---------------|
| | | montante | GR% |
| DESPESAS CORRENTES | 116.349.272 | 92.505.139 | 79,51% |
| DESPESAS DE CAPITAL | 9.405.729 | 4.774.279 | 50,76% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 125.755.001 | 97.279.418 | 77,36% |

Em 2007, os encargos assumidos atingiram €97.279.418 (Quadro 2), o que se traduziu numa execução orçamental de 77,36%, registando-se uma diferença de €28.475.583, entre o valor total orçamentado e o valor de despesa assumida, sendo de salientar que €14.331.685,52, isto é, 50% daquele valor, respeitam ao excedente orçamental das subvenções para as campanhas eleitorais, mais se concluindo que 33% da verba de €14.143.897, que ficou por executar, se refere a despesas de investimento.

Releva-se, pois, que à data de 31 de Dezembro de 2007 se mantém um excedente extra-orçamental para 2008 no montante de €14.331.685,52, relativo às Eleições Presidenciais de 2006, às Eleições Autárquicas e Legislativas de 2005, assim como relativo às mais recentes Eleições Legislativas Regionais da Região Autónoma da Madeira, realizadas no decurso de 2007.

A entrega no Tesouro dos excedentes destas subvenções para as campanhas eleitorais ocorrerá após o trânsito em julgado dos Acórdãos do Tribunal Constitucional, sendo que das campanhas eleitorais atrás mencionadas apenas se encontra publicado, mas sem trânsito em julgado, o Acórdão do Tribunal Constitucional sobre o processo das campanhas eleitorais legislativas de 2005.

Verifica-se, assim, que o grau de execução das despesas correntes e de capital foi respectivamente de 79,51% e de 50,76%.

Assim, e com o objectivo de melhor esclarecer a execução da actividade da AR em 2007, far-se-á de agora em diante uma análise que **não inclui os montantes das mencionadas Subvenções para as Campanhas Eleitorais.**

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM SUBVENÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS

Unidade: Euro

| Tipo de Despesa | OAR2007 corrigido sem Subvenções | Execução Orçamental | |
|---------------------------|----------------------------------|---------------------|---------------|
| | | montante | GR% |
| DESPESAS CORRENTES | 100.523.102 | 91.010.654 | 90,54% |
| DESPESAS DE CAPITAL | 9.405.729 | 4.774.279 | 50,76% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 109.928.831 | 95.784.934 | 87,13% |

Verifica-se, cfr. Quadro 3, que a taxa de execução orçamental para a totalidade das despesas em 2007 foi de 87,13%, com um nível de execução de 90,54% em “Despesas Correntes” e de 50,76% em “Despesas de Capital”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da actividade normal da AR.

Desagregando a execução por actividades (Quadro 4), face à respectiva natureza de despesa, a taxa de execução orçamental mais elevada, em despesas correntes, é atingida em “Outros Encargos Parlamentares” (99,9%), seguida da “Entidades Autónomas” (97,6%), e das “Actividades Parlamentares” (92,2%).

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Unidade: Euro

| Actividades | OAR2007 corrigido sem Subvenções | Encargos assumidos | | |
|--|----------------------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | | montante | GR% | Estrutura |
| | | 1 | 3=2/1 | 4=2/Σ |
| ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 35.235.157 | 32.486.513 | 92,20% | 33,92% |
| ACTIVIDADES DE APOIO | 32.550.867 | 28.343.899 | 87,08% | 29,59% |
| ACTIVIDADE EDITORIAL | 1.905.096 | 1.383.130 | 72,60% | 1,44% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 469.801 | 184.727 | 39,32% | 0,19% |
| PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA | 2.280.622 | 860.496 | 37,73% | 0,90% |
| OUTRAS ACTIVIDADES* | 15.334 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES | 16.360.000 | 16.359.007 | 99,99% | 17,08% |
| CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM. | 134.039 | 112.946 | 84,26% | 0,12% |
| CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ | 57.425 | 40.385 | 70,33% | 0,04% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 11.514.761 | 11.239.551 | 97,61% | 11,73% |
| DESPESAS CORRENTES (1) | 100.523.102 | 91.010.654 | 90,54% | 95,02% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 40.000 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| INVESTIMENTO | 8.544.499 | 3.953.050 | 46,26% | 4,13% |
| OUTRAS ACTIVIDADES | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 821.230 | 821.230 | 100,00% | 0,86% |
| DESPESAS DE CAPITAL (2) | 9.405.729 | 4.774.279 | 50,76% | 4,98% |
| TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2) | 109.928.831 | 95.784.934 | 87,13% | 100,00% |

(*) Dotação Provisional não utilizada

Quanto às despesas de capital sublinham-se as despesas de investimento assumidas no âmbito da “Entidades Autónomas”, com uma taxa de execução de 100%, dado tratarem-se de transferências do OE e de receitas próprias para fazer face aos encargos dessas Entidades. Já ao nível da subactividade “Investimento” registou-se uma execução de 46,3%.

A evolução da despesa realizada por actividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2007, houve uma estabilização generalizada das despesas realizadas no âmbito dos vários quadrantes reflectidos, não obstante ligeiros acréscimos ao nível de “Outros Encargos Parlamentares”, “Financiamento de Entidades” e “Actividade Editorial”, assim como um igualmente ligeiro decréscimo ao nível do “Investimento” (14,6%). Por outro lado, contrastando com a redução significativa das despesas com “Cooperação Parlamentar” (-36,7%), é possível observar um crescimento substancial tanto ao nível dos encargos das “Actividades Parlamentares”, como ao nível das “Actividades de Apoio”.

O decréscimo em “Investimento” é justificada pela transição para 2008 das seguintes grandes obras:

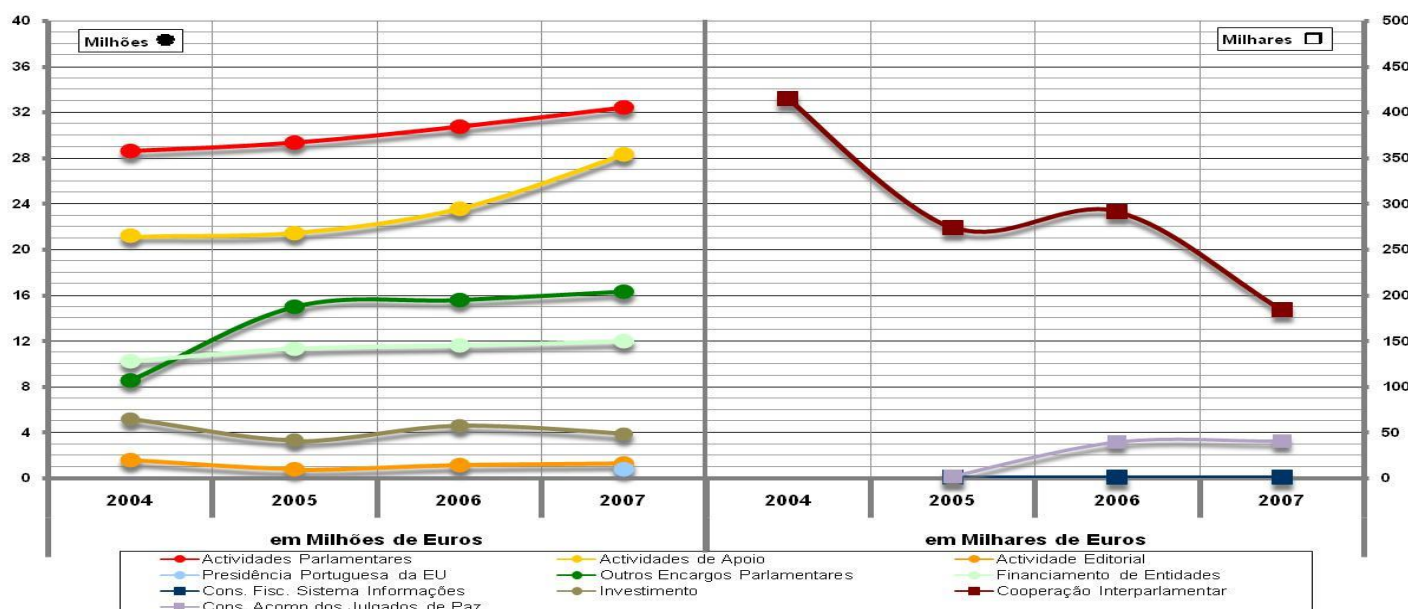
- Obra da Sala das Sessões, que se encontrava prevista no Plano de Investimento, transitou para 2008, pela alteração inicial ao projecto e pela inclusão de novas áreas (audiovisual, iluminação) inicialmente não contempladas;
- Reforço estrutural das Lajes (2ª fase), transitou igualmente para 2008, pelo facto de se incluir na empreitada o AVAC, que inicialmente não estava previsto;
- Obra de requalificação da Cozinha transitou para o Plano de Investimentos de 2008, uma vez que tiveram de ser revistos todo o plano de preços dos equipamentos, não tendo sido possível lançar o procedimento concursal no tempo previsto.

Todos estes procedimentos constam do Plano de Investimentos de 2008, ano em que serão desenvolvidos os respectivos procedimentos concursais.

Assim, analisando o quadro 5 reflectido no gráfico nº1 para os anos de 2006 e 2007, destacam-se em 2007 os crescimentos verificados nos encargos assumidos das subactividades "Actividades de Apoio", "Actividades Parlamentares", com um aumento de €4.763.733 e de €1.719.703, respectivamente.

Evidenciam-se, igualmente, conforme anteriormente referido, os decréscimos verificados ao nível das subactividades "Cooperação Interparlamentar" e os "Investimentos". Quanto à primeira, a redução financeira absoluta pouco significativa de €107.115, traduz-se percentualmente em -36,7% face a 2006. Os Investimentos apresentam uma variação negativa de €674.421, traduzida nos já mencionados -14,57%.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2004 A 2007



Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

| Actividades | Encargos Assumidos | | Var% |
|--|--------------------|-------------------|--------------|
| | 2006 | 2007 | |
| ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 30.766.810 | 32.486.513 | 5,59% |
| ACTIVIDADES DE APOIO | 23.580.166 | 28.343.899 | 20,00% |
| ACTIVIDADE EDITORIAL | 1.205.244 | 1.383.130 | 14,76% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 291.842 | 184.727 | -36,70% |
| PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA | 0 | 860.496 | n.aplic |
| OUTRAS ACTIVIDADES | 0 | 0 | n.aplic |
| OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES* | 15.651.052 | 16.359.007 | 4,52% |
| CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM. | 105.349 | 112.946 | 7,21% |
| CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ | 39.531 | 40.385 | 2,16% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 11.674.884 | 12.060.781 | 3,31% |
| INVESTIMENTO | 4.627.471 | 3.953.050 | -14,57% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 87.942.349 | 95.784.934 | 8,92% |

(*) Sem Subvenções para Campanhas Eleitorais

O Gráfico 2 apresenta a **distribuição da despesa assumida**, por agrupamento económico. As “Despesas com o Pessoal” representam 44,0% do total da despesa de 2007, seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (19,9%) e das “Subvenções”, que incluem as subvenções estatais a campanhas eleitorais, e as subvenções aos Partidos Políticos, representando no seu conjunto 19,1%.

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2007

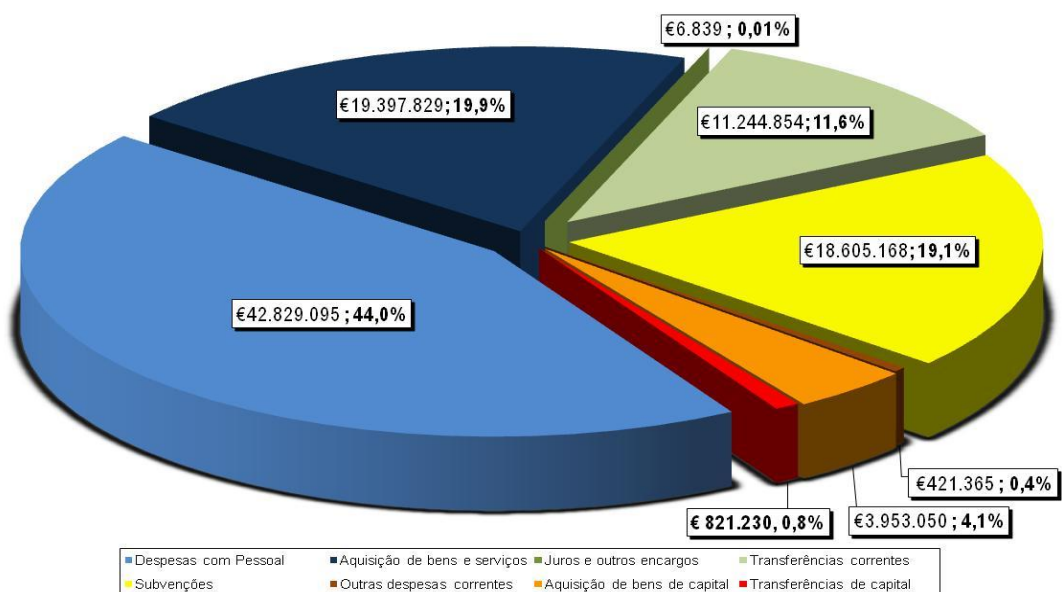
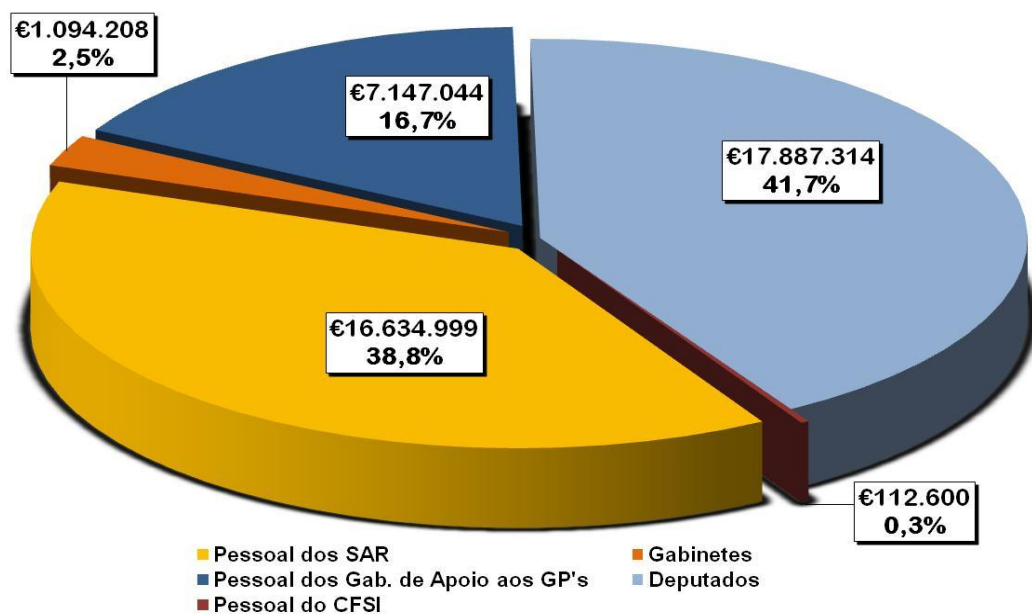


Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL EM 2007



2. Actividades Parlamentares

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização política, bem como competência electiva de outros órgãos.

Se bem que a actividade política do Parlamento seja objecto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artº 291º do Regimento, referem-se desde já alguns indicadores próprios dessa actividade.

Assim, em 2007, realizaram-se 107 reuniões plenárias e 1 da Comissão Permanente. Ainda no âmbito da actividade parlamentar foram realizadas 25 Conferências dos Representantes dos Grupos Parlamentares (vulgo, Conferência de Líderes).

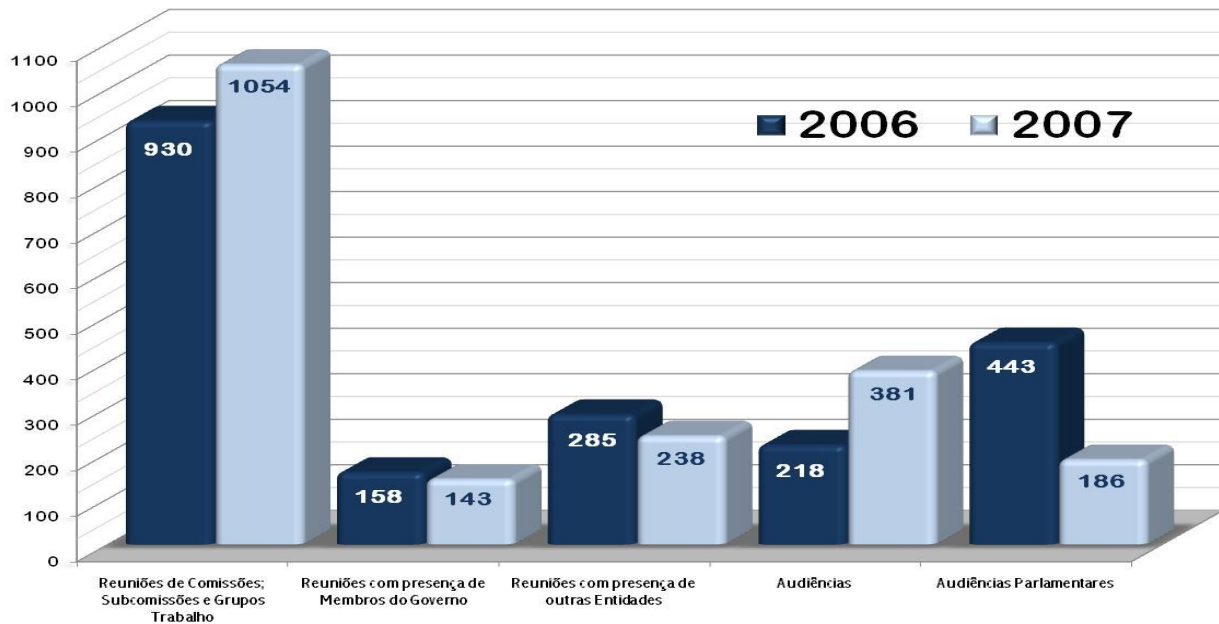
Acresce assinalar, que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: 64 Propostas de Lei, 104 Projectos de Lei, 21 Propostas de Resolução, 79 Projectos de Resolução, 4 Projectos de Deliberação, 23 Apreciações Parlamentares, tendo sido aprovadas 2 Leis Orgânicas, 73 Leis, 66 Resoluções e 3 Deliberações.

Foram também apresentados pelos Senhores Deputados os seguintes Requerimentos: 1572 ao Governo, 1108 à Administração Local, 1 à Assembleia da República e 1 à Região Autónoma dos Açores. No mesmo ano foram dadas as seguintes respostas: 1373 pelo Governo, 554 pela Administração Local e 1 pela Região Autónoma dos Açores.

No ano de 2007, no seu conjunto, as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efectuaram 1019 reuniões, das quais 138 contaram com a presença de Membros do Governo e 208 com a presença de outras entidades, num total de 346 audições. Foram igualmente concedidas 168 audiências.

Relativamente ao ano de 2006, verificam-se algumas diferenças que resultam, de forma sintética, do gráfico 3 que a seguir se apresenta.

Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



Verifica-se, assim, que no ano de 2007 o número total de reuniões realizadas pelas Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho, aumentou em 13,33% em relação ao ano anterior. Destacam-se igualmente as audiências que tiveram um aumento de 74,77%. Contudo, importa referir que houve um decréscimo de 9,49% quanto a reuniões com Membros do Governo, de 16,49% relativamente a reuniões com outras Entidades, sendo que o número de Audições Parlamentares decresceu em 58,01%.

O aumento do número de reuniões coincidiu com o aumento significativo do número de eventos organizados pelas Comissões, quer no âmbito da Presidência Portuguesa da EU, quer ainda no decurso do primeiro semestre do ano. As Comissões Parlamentares, em 2007, apostaram de forma vencedora na abertura ao cidadão e à sociedade civil, tendo organizado diversos colóquios, conferências e audições públicas no âmbito da sua competência específica, que permitiram, por um lado, dar maior visibilidade ao trabalho das comissões e, por outro, chamar à Assembleia da República interessados e especialistas nas várias áreas cujos contributos são fundamentais para o trabalho parlamentar.

Durante o ano de 2007 realizaram-se 26 reuniões do Conselho de Administração.

Por outro lado, actividade parlamentar originou a produção de 522 Diários da Assembleia da República, distribuídos por 109 números da I Série (versão exclusivamente electrónica), 156 números da II Série A, 151 números da II Série B, 82 números da II Série C e 12 números de cada uma das II Séries D e E. Na 1ª Série do DAR foram trabalhadas 16.302 páginas (um aumento de 3,94% face a 2006) e que deram origem a 5.434 páginas no respectivo original, sendo que nas

três sub-séries da 2ª Série do DAR foram trabalhadas 78.147 páginas, que deram origem a 26.049 páginas nos respectivos originais (um aumento de quase 27% face ao ano anterior). Esta produção desenvolveu-se a partir da gravação de 5.315 cassetes áudio, gravadas ao longo de 1.257 horas, durante as reuniões do Plenário da Assembleia da República, das Comissões Parlamentares e de outros eventos.

Já o Canal Parlamento produziu 3.968 horas de emissão (em directo e em diferido) correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos realizados na AR, designadamente Conferências e Colóquios.

Em termos globais, e como se infere do

Quadro 4, as “**Actividades Parlamentares**” representam **33,92% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 92,2%**. Regista-se no Quadro 6, a correspondente desagregação desta despesa realizada pelas respectivas subactividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

| Actividade Parlamentar | OAR2007 Corrigido | Encargos assumidos | | |
|---|----------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | | montante | GR% | Estrutura |
| | 1 | 2 | 3=2/1 | 4=2/Σ2 |
| Presidente da Assembleia da República | 108.489 | 108.414 | 99,93% | 0,33% |
| Gabinete de Apoio ao PAR | 697.738 | 581.699 | 83,37% | 1,79% |
| Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários | 944.160 | 923.939 | 97,86% | 2,84% |
| Gabinetes de Apoio aos Vice-Presid., Secretários e Vice-Secretários | 290.996 | 265.569 | 91,26% | 0,82% |
| Conselho de Administração | 72.965 | 62.037 | 85,02% | 0,19% |
| Grupos Parlamentares | 937.592 | 935.838 | 99,81% | 2,88% |
| Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares | 6.858.783 | 6.839.169 | 99,71% | 21,05% |
| Comissões Parlamentares | 377.533 | 88.132 | 23,34% | 0,27% |
| Deputados | 18.492.952 | 17.672.201 | 95,56% | 54,40% |
| Parlamento Europeu | 1.263.462 | 1.184.843 | 93,78% | 3,65% |
| Comemorações do Aniversário do 25 de Abril | 26.706 | 26.706 | 100,00% | 0,08% |
| Deslocações em Território Nacional | 276.974 | 188.177 | 67,94% | 0,58% |
| Deslocações ao Estrangeiro | 2.767.455 | 2.010.157 | 72,64% | 6,19% |
| Grupos Parlamentares de Amizade | 118.750 | 47.118 | 39,68% | 0,15% |
| Recepção de Delegações e Entidades Oficiais | 1.934.342 | 1.500.867 | 77,59% | 4,62% |
| Programa Parlamento Jovem | 66.260 | 51.649 | 77,95% | 0,16% |
| Associação dos Ex-Deputados | 0 | 0 | n.aplic. | 0,00% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 35.235.157 | 32.486.513 | 92,20% | 100,00% |

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezassete subactividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 75,45% do total dos encargos assumidos** correspondem às seguintes componentes:

- **“Deputados”** – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: Vencimentos, Vencimentos Extraordinários, Despesas de Representação, Ajudas de Custo, Transportes, Prestações Familiares e Complementares, Contribuições para a Segurança Social, Seguros e Subsídio de Reintegração, (54,4%); e
- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares”** – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afecto a estes Gabinetes (21,05%) e respectivos encargos sociais obrigatórios.

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

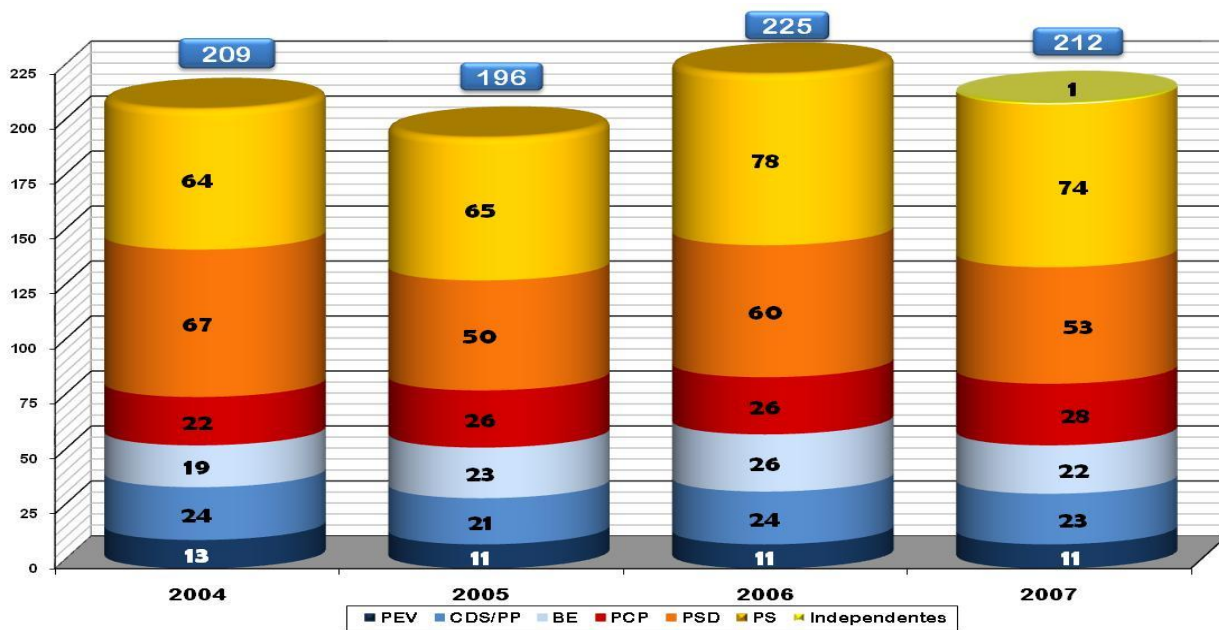
| Actividade Parlamentar | Encargos assumidos | | |
|---|--------------------|-------------------|--------------|
| | 2006 | 2007 | Var% |
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Presidente da Assembleia da República | 107.212 | 108.414 | 1,12% |
| Gabinete de Apoio ao PAR | 662.562 | 581.699 | -12,20% |
| Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários | 830.435 | 923.939 | 11,26% |
| Gabinetes de Apoio aos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários | 251.117 | 265.569 | 5,75% |
| Conselho de Administração | 61.685 | 62.037 | 0,57% |
| Grupos Parlamentares | 901.227 | 935.838 | 3,84% |
| Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares | 6.580.007 | 6.839.169 | 3,94% |
| Comissões Parlamentares | 75.313 | 88.132 | 17,02% |
| Deputados | 17.980.194 | 17.672.201 | -1,71% |
| Parlamento Europeu | 1.145.828 | 1.184.843 | 3,40% |
| Comemorações do Aniversário do 25 de Abril | 12.141 | 26.706 | 119,97% |
| Deslocações em Território Nacional | 89.048 | 188.177 | 111,32% |
| Deslocações ao Estrangeiro | 1.657.935 | 2.010.157 | 21,24% |
| Grupos Parlamentares de Amizade | 4.199 | 47.118 | 1022,09% |
| Recepção de Delegações e Entidades Oficiais | 324.754 | 1.500.867 | 362,15% |
| Programa Parlamento Jovem | 45.242 | 51.649 | 14,16% |
| Sessão Solene da Tomada de Posse do Presidente da República | 18.316 | 0 | -100,00% |
| Associação dos Ex-Deputados | 19.595 | 0 | -100,00% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 30.766.810 | 32.486.513 | 5,59% |

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2006 para 2007, (Quadro 7), as “Actividades Parlamentares”, em termos globais, registaram um **acréscimo de 5,6%**. Há, no entanto, que salientar as subactividades que apresentam uma maior variação positiva: “Grupos Parlamentares de Amizade” (1022,1%); “Recepção de Delegações e Entidades Oficiais” (362,2%), devido neste caso à Conferência da APNATO; “Comemorações do Aniversário do 25 de Abril” (119,9%), e “Deslocações em Território Nacional” (111,3%), em consequência de uma maior actividade por parte das Comissões Parlamentares.

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos quatro anos, é apresentada no Gráfico seguinte.

Gráfico 4 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

No entanto, importa realçar o crescimento dos encargos sociais que, não estando incluídos no plafond atribuído aos GP's, mantêm o aumento verificado em anos anteriores ainda que a um ritmo inferior, destacando-se o encargo relativo à entidade patronal com as Contribuições para a Segurança Social:

| Anos | Seg. Social (€) | Var% |
|------|-----------------|--------|
| 2004 | 511.591,77 | |
| 2005 | 609.849,93 | 19,21% |
| 2006 | 669.669,93 | 9,81% |
| 2007 | 723.699,26 | 8,07% |

2.2 Comissões Parlamentares

No segundo semestre de 2007, há a destacar a publicação do novo Regimento da Assembleia da República, que entrou em vigor em Setembro. Entre os eixos principais da reforma do Parlamento, sublinha-se o reforço das competências das Comissões Parlamentares, e o aumento da transparência, com a exigência de disponibilização na internet de todos os trabalhos das Comissões em tempo real. Assim, até 22 Outubro de 2007 funcionaram as seguintes Comissões Parlamentares Permanentes:

- 1ª Comissão - Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2ª Comissão - Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- 3ª Comissão - Assuntos Europeus;
- 4ª Comissão - Defesa Nacional;
- 5ª Comissão - Orçamento e Finanças;
- 6ª Comissão - Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional;
- 7ª Comissão - Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território;
- 8ª Comissão - Educação, Ciência e Cultura;
- 9ª Comissão - Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 10ª Comissão - Saúde;
- 11ª Comissão - Trabalho e Segurança Social;
- 12ª Comissão – Ética.

Na sequência da publicação do novo Regimento da Assembleia da República (Regimento da Assembleia da República nº 1/2007), que entrou em vigor a 1 de Setembro, foi reestruturado o elenco de **COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES**, tendo o seu número e designações sido fixados nos termos da Deliberação n.º 2-PL/2007, publicada no Diário da Assembleia da República [DAR II série A 8 X/3 2007-10-12 pág 2], nos termos seguintes:

- 1.ª Comissão: Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2.ª Comissão: Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- 3.ª Comissão: Defesa Nacional;
- 4.ª Comissão: Assuntos Europeus;
- 5.ª Comissão: Orçamento e Finanças;
- 6.ª Comissão: Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional;



- 7.ª Comissão: Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território;
- 8.ª Comissão: Educação e Ciência;
- 9.ª Comissão: Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 10.ª Comissão: Saúde;
- 11.ª Comissão: Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- 12.ª Comissão: Ética, Sociedade e Cultura.

Ao longo de 2007, funcionaram ainda duas **COMISSÕES EVENTUAIS**:

- Comissão Eventual Para o Acompanhamento das Questões Energéticas;
- Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A alteração do elenco de Comissões a meio da Legislatura, bem como as regras do novo Regimento da Assembleia da República, obrigaram a alterações substanciais e supervenientes no funcionamento dos Serviços, nas bases de dados de apoio parlamentar e na própria Intranet e Internet.

Durante o primeiro semestre de 2007 foi prosseguida a política de aproximação ao cidadão já iniciada em 2006, tendo as Comissões Parlamentares realizado várias conferências e colóquios internacionais, bem como reuniões externas e visitas. Já a segunda metade de 2007 foi dominada pela vertente parlamentar da Presidência Portuguesa da União Europeia, tendo cabido às comissões organizar quatro reuniões de Presidentes de Comissões homólogas, uma reunião de Presidentes preparatória da COSAC (Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários) e a própria COSAC.

2.3 Diplomacia Parlamentar

No domínio das Organizações Internacionais das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, em diversas reuniões internacionais.

2.3.1. No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** verificaram-se 31 deslocações, destacando-se a 116ª Assembleia da União Interparlamentar (29 de Abril a 4 Maio), que centrou os seus trabalhos, no Plenário e nas Comissões Permanentes, nos seguintes temas:

- O aquecimento global: dez anos depois de Quioto;
- Assegurar o respeito por todas as comunidades e crenças religiosas e a sua coexistência num mundo globalizado;
- A criação de emprego e a segurança do emprego na época da globalização;

- A promoção da diversidade e da igualdade de direitos para todos, através de critérios eleitorais universais e democráticos.

A 117ª Assembleia da UIP (8 a 10 de Outubro) debateu o papel dos parlamentos na procura de um equilíbrio entre a segurança nacional, a segurança humana e as liberdades individuais, e na prevenção das ameaças à democracia; a fiscalização parlamentar das políticas governamentais em matéria de ajuda externa; os trabalhadores migrantes, o tráfico de seres humanos, a xenofobia e os direitos humanos.

Destaca-se ainda a realização em Lisboa de uma reunião internacional da UIP, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho e sob os auspícios da Presidência Portuguesa da União Europeia, sobre o tema "Trabalho Digno para uma Globalização Justa".

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8 – Reuniões (UIP)

| Reuniões (UIP) | N.º deslocações |
|---|-----------------|
| 116ª Assembleia da União Interparlamentar | 9 |
| 117ª Assembleia da União Interparlamentar | 6 |
| Reunião Parlamentar por ocasião da 51ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres | 2 |
| VII Fórum Mundial "Reinventar o Estado" e respectivo Fórum Parlamentar | 2 |
| Seminário "O Parlamento e o processo orçamental: a perspectiva do género" | 2 |
| Seminário "Migrações: a perspectiva dos direitos humanos" | 2 |
| Audiência Parlamentar por ocasião da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas | 2 |
| II Seminário sobre o Estatuto da Mulher e as Questões do Género | 2 |
| Seminário parlamentar sobre a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulheres | 2 |
| Reunião Parlamentar no âmbito do Fórum "Trabalho Digno para uma Globalização Justa" | 2 |

De referir que, em paralelo com as Assembleias da UIP, decorreram as reuniões da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos (ASGP), de que é membro a Secretária-Geral da Assembleia da República, que integra o respectivo Comité Executivo, na qualidade de antigo Presidente desta Associação.

2.3.2. Decorreu em Bissau, nos dias 12 a 15 de Outubro, o **VI Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa**, com a participação da Delegação Nacional, composta pelo Presidente da Delegação e 3 Deputados, acompanhados de 2 funcionários. Em simultâneo, decorreu a Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares do FLP e o II Encontro Extraordinário da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

2.3.3. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**, e no decurso de 2007, há a destacar a Sessão da Primavera, realizada na cidade do Funchal e que envolveu uma organização de elevada dimensão. Esta Sessão contou com cerca de 450 Deputados de todos os países membros da APNATO. Os principais assuntos tratados nesta organização durante o ano foram o papel da NATO no Afeganistão, a transformação da Aliança e a Defesa Antimísseis.

Deve, ainda, referir-se a importância da eleição do Presidente da Delegação da AR, Deputado José Lello, como Presidente da AP NATO, por um mandato de 2 anos, iniciado em 2007.

No âmbito da APNATO, realizaram-se 66 deslocações distribuídas da seguinte forma:

Quadro 9 – Reuniões (APNATO)

| Reuniões (APNATO) | N.º deslocações |
|--|-----------------|
| Comissão de Defesa e Segurança | 2 |
| Comissão sobre a Dimensão Civil da Segurança | 1 |
| Reunião conjunta das Comissões de Defesa e Segurança e Economia e Segurança | 3 |
| Reunião para confirmação da Eleição do Presidente da AP-NATO | 1 |
| Reunião com o Secretário-Geral da AP-NATO | 1 |
| Subcomissão para a Cooperação e a Convergência Económica Leste-Oeste | 1 |
| Comissão Permanente | 4 |
| Mesa redonda "Ucrânia NATO" sobre o papel dos Parlamentos Nacionais nas Questões de Defesa e Segurança | 2 |
| Grupo especial do Mediterrâneo | 3 |
| Comissão Civil da Segurança | 1 |
| 65.º Seminário "Rose-Roth" | 2 |
| Comissão sobre a Dimensão Civil da Segurança | 1 |
| Sessão da Primavera | 13 |
| Subcomissão para a Proliferação das Tecnologias Militares | 1 |
| Subcomissão para a Cooperação em Matéria de Defesa e Segurança | 1 |
| Subcomissão para as Relações Transatlânticas | 1 |
| Seminário "Rose-Roth" | 3 |
| Grupo Especial do Mediterrâneo | 2 |
| Comissão de Defesa – Visita ao Afeganistão | 1 |
| Visita Presidencial | 1 |
| 53.ª Sessão Anual | 14 |
| 67.º Seminário "Rose-Roth" | 1 |
| Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança | 1 |
| Visita do Presidente da APNATO à Geórgia | 1 |
| Reunião conjunta das Comissões de Economia e Segurança e Ciência e Tecnologia | 1 |
| Fórum Parlamentar Transatlântico | 2 |
| Visita de Trabalho à Universidade do Texas | 1 |

2.3.4. No âmbito da delegação da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destacam-se os seguintes grandes temas debatidos ao longo do ano:

- A caminho da despenalização da difamação
- A crise humanitária no Darfur
- A dimensão política do orçamento do Conselho da Europa
- A dimensão social da Europa: implementação integral da Carta Social Europeia revista e avaliação das novas condições do emprego e salário mínimo
- A OCDE e a economia mundial 2007
- A Política Agrícola e Rural Euro-mediterrânica
- A qualidade dos medicamentos na Europa.
- Acção judicial por ofensas que recaiam na jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) para a ex-Jugoslávia
- Alegadas detenções secretas e de transferências ilegais de detidos inter-Estados respeitantes a Estados Membros do Conselho da Europa
- As actividades da Organização Internacional das Migrações (OIM)
- Código de boas práticas para os partidos políticos
- Combater o anti-semitismo na Europa
- Comissário do Conselho da Europa para os Direitos Humanos – Balanço e perspectivas
- Compromisso dos Estados Membros do Conselho da Europa na promoção a nível internacional de uma moratória sobre a pena de morte
- Concretizar o crescimento económico e a protecção social na Europa numa era de globalização
- Diálogo intercultural e inter-confessional
- Equidade nos processos de assuntos de espionagem ou de divulgação de segredos de Estado
- Imagem das mulheres na publicidade
- Necessidade de uma Convenção do Conselho da Europa sobre a supressão da contrafacção e do tráfico de produtos contrafeitos
- O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD): destaque para a Europa de Leste e do Sul
- O conceito de guerra preventiva e as suas consequências nas relações internacionais
- O dever dos Estados-Membros de cooperar com o TEDH
- O estado dos Direitos do Homem e da Democracia na Europa
- Os perigos do criacionismo na educação
- Para uma Convenção Europeia sobre as drogas, na promoção da saúde pública no controlo das drogas.
- Parlamentos Unidos no Combate à Violência Doméstica contra as Mulheres – avaliação intermédia
- Programa nuclear do Irão: necessidade de uma acção internacional

- Projecto de Memorando de Entendimento entre o Conselho da Europa e a União Europeia
- Prostituição – que atitude adoptar?
- Regionalização na Europa
- Situação dos refugiados e pessoas deslocadas há longo tempo no Sudeste da Europa

O total de deslocações efectuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à APCE foi de 119² distribuídas da seguinte forma:

Quadro 10 – Reuniões (APCE)

| Reuniões (APCE) | Nº deslocações |
|--|----------------|
| 1ª Parte da Sessão Ordinária de 2007 (Plenária) ³ | 10 |
| 2ª Parte da Sessão Ordinária de 2007 (Plenária) ³ | 11 |
| 3ª Parte da Sessão Ordinária de 2007 (Plenária) ³ | 9 |
| 4ª Parte da Sessão Ordinária de 2007 (Plenária) ³ | 13 |
| Comissão dos Assuntos Políticos | 4 |
| Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos do Homem | 5 |
| Comissão dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento | 14 |
| Comissão dos Assuntos Sociais, Saúde e Família | 1 |
| Comissão da Cultura, Ciência e Educação | 16 |
| Comissão das Migrações, Refugiados e População | 2 |
| Comissão do Ambiente, Agricultura e Assuntos Territoriais | 12 |
| Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e | 7 |
| Comissão para o para Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados Membros do Conselho da Europa (Comissão de | 2 |
| Missões de Observação de Eleições | 3 |
| Conferências, Colóquios e outros | 9 |
| Reunião de Secretários de Delegação | 1 |

Deve ainda referir-se a reeleição do Presidente da Delegação da AR, Deputado José Vera Jardim, como Vice-Presidente da APCE, na 1ª Parte da Sessão de 2007, pelo período de um ano.

2.3.5. A 3ª Sessão Plenária da **Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)** realizou-se em Tunes entre os dias 16 e 18 de Março de 2007. O tema geral em debate foi o “Diálogo Inter-Culturas”. No decurso do trabalho desenvolvido pelas três Comissões da APEM foram aprovadas três Recomendações:

² Não há coincidência entre o número total de deslocações e a sua distribuição pelas Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões uma vez que, em mais de uma situação, a mesma deslocação se refere à participação em mais de uma reunião, incluindo 6 reuniões da AUEO.

³ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos.

- Recomendação sobre “Implementação do Código de Conduta contra o Terrorismo”, “Processo de Paz no Médio Oriente” e “Minas Terrestres” (Comissão Política de Segurança e dos Direitos Humanos);
- Recomendação que foca dois assuntos: “ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio na Zona Euro-Mediterrânica” e “O Futuro dos Investimentos entre os Países Euro-Mediterrânico” (Comissão Económica, Financeira, dos Assuntos Sociais e da Educação);
- Recomendação sobre “Diálogo Inter-culturas e Civilizações e a Promoção das Diversidades Culturais”, “Protecção do Meio Ambiente” e “Migrações” (Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios Humanos e da Cultura).

No âmbito da APEM verificaram-se as seguintes reuniões que deram lugar a 10 deslocações:

Quadro 11 – Reuniões (APEM)

| Reuniões(APEM) | Nº deslocações |
|--|----------------|
| 3ª Sessão Plenária da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica e reuniões das três Comissões (Política, Económica e da Cultura) | 4 |
| Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos | 4 |
| Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios Humanos e da | 2 |

Destaca-se ainda, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos, a nomeação do Presidente da Delegação da AR, Deputado Alberto Antunes, para Relator com vista à avaliação dos Planos de Acção entre a União Europeia e os seguintes três países parceiros: Egipto, Jordânia e Líbano.

2.3.6. No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, a delegação da Assembleia da República efectuou 34 deslocações. O tema escolhido para a 16ª Sessão Anual desta organização foi a “Implementação dos Compromissos OSCE”. Este tema, que também foi discutido na 6ª Sessão de Inverno, foi objecto de várias resoluções e relatórios. Foram também aprovadas resoluções sobre os seguintes temas: O Papel e o Estatuto da Assembleia Parlamentar da OSCE; Resolução de Conflitos na área OSCE; Banir as Bombas de Fragmentação; As Mulheres na Paz e Segurança; Transporte Aéreo Ilícito de Armas Pequenas e Ligeiras e as Suas Munições; Estratégia de Segurança Ambiental; Liberalização do Comércio Transatlântico; Reforço do envolvimento da OSCE com os Defensores dos Direitos Humanos e as suas Instituições Nacionais; Reforço das medidas para combater o tráfico de pessoas nos Estados membros da OSCE; e Combate ao Anti-Semitismo, Racismo, Xenofobia e outras formas de intolerância contra muçulmanos e ciganos.

Durante a Reunião de Outono teve lugar o Fórum do Mediterrâneo e uma Conferência Parlamentar sobre o Pacto de Estabilidade do Sudeste Europeu: “Segurança através da cooperação no sudeste da Europa – O papel dos Parlamentos”

Duas das missões da AP OSCE - Visita ao Turquemenistão e a Conferência organizada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre Observação de Eleições - foram chefiadas pelo Presidente da Delegação da AR, Deputado João Soares, na sua qualidade de Vice-Presidente desta Organização, cargo para o qual foi eleito em 2006, por um período de dois anos.

As deslocações no âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 12 – Reuniões (OSCE)

| Reuniões (OSCE) | N.º Deslocações |
|--|-----------------|
| Missão de Observação das Eleições na Sérvia | 2 |
| Visita ao Turquemenistão | 2 |
| Conferência sobre Observação de Eleições | 1 |
| 6ª Sessão de Inverno | 8 |
| Bureau | 1 |
| Missão de Observação das Eleições na Arménia | 2 |
| Conferência Económica | 2 |
| 16ª Sessão Anual | 5 |
| Reuniões Outono | 6 |
| Bureau da AP e Conselho Ministerial da OSCE | 1 |
| Missão de Observação das Eleições na Rússia | 2 |
| Missão de Observação das Eleições no Quirguistão | 2 |

2.3.7. No quadro da **Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO)**, da actividade da Delegação da Assembleia da República à Assembleia da UEO, no ano de 2007, ressalta o segundo semestre em que ocorreu a Presidência Portuguesa da União Europeia e da UEO. Assim, houve reuniões da Assembleia da UEO em Lisboa, nomeadamente o encontro da sua Comissão de Defesa, em Março (Lisboa), e audiências da mesma com várias individualidades, preparatórias da Presidência Portuguesa.

Em Setembro teve lugar na Assembleia da República o Colóquio sobre “A vigilância das Fronteiras Marítimas da Europa” tema desenvolvido pelo Deputado Mota Amaral em relatório que apresentou na Sessão Ordinária em Dezembro, em Paris.

Ainda em 2007 foram debatidos, entre outros, os seguintes temas:

- Os grupos táticos da UE – Reposta ao Conselho;

- As forças Terrestres europeias em operações no exterior: pessoal e financiamento;
- O papel das forças europeias nas missões da NATO no Afeganistão;
- As orientações futuras da PESD – Conclusões de Conferência de Berlim;
- A Segurança no Grande Norte;
- A UE e a Segurança na Europa Sueste;
- A Agência Europeia de Defesa, dez anos depois;
- A colocação de armamentos no espaço;
- O pedido da Geórgia de integração nas estruturas Euro-atlânticas;
- O futuro da não proliferação nuclear;
- Tratado Modificativo de segurança e defesa da Europa;
- A Europa e as missões de manutenção de paz no Médio Oriente;
- As actividades terroristas na fronteira entre a Turquia e o Iraque;
- As possibilidades de cooperação com a China em matéria de equipamentos de defesa.

O total das 34 deslocações efectuadas no âmbito da UEO foi o seguinte:

Quadro 13 – Reuniões (UEO)

| Reuniões (UEO) | Nº deslocações |
|---|----------------|
| I Parte da 53ª Sessão Ordinária (Plenária), Paris | 11 |
| II Parte da 53ª Sessão Ordinária (Plenária), Paris | 9 |
| Comité dos Presidentes Alargado | 5 |
| Comissão Política | 3 |
| Comissão de Defesa | 2 |
| Comissão Técnica e Aeroespacial | 2 |
| Comissão para as Relações Parlamentares e Públicas | 1 |
| Conferência sobre “As orientações da Política Europeia de Segurança e Defesa, | 1 |

2.3.8. No âmbito da **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)** teve lugar, de 26 a 28 de Março de 2007, a primeira reunião das três Comissões Permanentes que integram este organismo parlamentar: Comissão para a Cooperação Política e de Segurança; Comissão para a Cooperação Económica, Social e Ambiental; Comissão sobre o Diálogo de Civilizações e Direitos Humanos. A segunda deslocação, em Novembro, teve como objectivo a participação na Segunda Sessão Plenária da APM que decorreu em Malta e inaugurou a respectiva sede.

Durante o ano 2007 foram efectuadas as seguintes 6 deslocações:

Quadro 14 – Reuniões (APM)

| Reuniões (APM) | Nº deslocações |
|----------------|----------------|
|----------------|----------------|



| | |
|----------------------------|---|
| Reunião das Três Comissões | 5 |
| Segunda Sessão Plenária | 1 |

2.3.9. No âmbito do **Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPI)** realizou-se, nos dias 11 e 12 de Setembro, o III Fórum Parlamentar Ibero-Americano, na cidade de Valparaíso, Chile, tendo a Delegação Parlamentar da AR participado com 5 Deputados, assessorada por um funcionário.

2.3.10. Destacam-se as seguintes deslocações ao estrangeiro realizadas pelo **Presidente da Assembleia da República**, no âmbito da sua actividade internacional e relativas a Visitas oficiais:

- Argélia
- Espanha
- Canadá
- Moçambique
- Angola
- Marrocos

Nas visitas à Argélia a Moçambique e a Marrocos, o Presidente Jaime Gama assinou Protocolos de Cooperação com os Presidentes dos Parlamentos daqueles países. O Presidente da Assembleia da República participou, ainda, no decurso de 2007, nas seguintes conferências ou reuniões multilaterais:

- Comemorações do 50º Aniversário do Tratado de Roma (Roma)
- Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Bratislava)
- Sessão de Encerramento do Encontro “Ágora, El Debate Peninsular” (Badajoz)
- III e IV Encontros Inter-parlamentares sobre o Futuro da Europa (Bruxelas)
- Encontro Inter-parlamentar sobre Alterações Climáticas (Bruxelas)

2.3.11. Realizou-se na Assembleia da República a **9ª Conferência EPRI** – Parlamentares Europeus para as Tecnologias de Informação – presidida pelo Deputado José Lello, Presidente do Conselho de Administração da AR, em 19 e 20 de Março de 2007.

2.3.12 - No capítulo das **Deslocações Diversas** estão englobadas todas as deslocações que não estão integradas nas delegações parlamentares permanentes, anteriormente referidas. Contabiliza-se um total de 147 deslocações, entre Deputados e funcionários, conforme exposto no Quadro seguinte:

Quadro 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS

Outras Deslocações Diversas

N

| Outras Deslocações Diversas | N |
|---|----------|
| "International Seminar on the Role of the General Secretariats of the National Parliaments in the Post Integration Process" (Bucareste) | 2 |
| "IPEX Correspondent Meeting" (Copenhaga) | 1 |
| "Meeting of COSAC Chairpersons" XXXVII COSAC (Berlim) | 2 |
| "Parliamentary Field Visit to Cambodja" (Siem Reap, Phnom Penh) | 1 |
| "Study Tour Outline" (Manila) | 1 |
| "Task force for European Network of Parliamentarians for Development" (Bruxelas) | 1 |
| "Workshop for the automatic upload of national IPEX documents" (Bruxelas) | 1 |
| "Workshop Parliaments in the Digital Age" (Oxford) | 2 |
| 22ª. Conferência Mundial da Federação Internacional das Organizações não Governamentais para a prevenção da droga e abuso de substâncias (IFNGO) (Macau) | 1 |
| 3º. Encontro Parlamentar sobre a Estratégia de Lisboa (Bruxelas) | 2 |
| 5º. Fórum Internacional de Turismo para Parlamentares e Autoridades Locais (Yasmine Hammamet) | 1 |
| 6º. Encontro Ásia-Europa para jovens parlamentares (Haia) | 1 |
| 8ª. Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca (UNCCD) (Madrid) | 2 |
| Audição Pública da Comissão de Desenvolvimento do P.E. (Bruxelas) | 1 |
| Brussels Tax Forum "Taxation for sustainable development" (Bruxelas) | 1 |
| Comemorações do Dia de Portugal, a convite da Fundação Luso-Americana para a Educação (Boston) | 1 |
| Conferência "Mozambican Parliamentarians and Municipalities for Children Rights: Celebrating 15 years of AWEPA (Maputo) | 2 |
| Conferência "Public Service Broadcasting & Parliaments" (Bruxelas) | 1 |
| Conferência Anual de Correspondentes do Centro Europeu de Estudos e Documentação Parlamentar – CERDP (Yerevan, Arménia) | 1 |
| Conferência das Comissões de Agricultura dos Parlamentos Nacionais e do P.E. (Berlim) | 2 |
| Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Bali) | 2 |
| Conferência de Presidentes de Comissões responsáveis pela Cooperação dos Parlamentos Nacionais de U.E. e do P.E. (Berlim) | 1 |
| Conferência dos Presidentes das Comissões de Assuntos Internos dos Parlamentos Nacionais e do P.E. (Berlim) | 2 |
| Conferência dos Presidentes das Comissões de Defesa dos Estados Membros da U.E., do P.E. e dos Parlamentos dos Estados candidatos (Berlim) | 2 |
| Conferência dos Presidentes das Comissões de Direitos Humanos dos Parlamentos dos Estados Membros da U.E. (Berlim) | 2 |
| Conferência dos Presidentes das Comissões de Finanças dos Parlamentos Nacionais e do P.E. (Berlim) | 1 |
| Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos Nacionais dos Estados Membros da U.E. do P.E. e dos países candidatos (Berlim) | 2 |
| Conferência Intergovernamental (Bruxelas) | 2 |
| Conferência Intergovernamental CIG (Bruxelas) | 2 |
| Conferência "Parceiros na prevenção de conflitos e da gestão de crises: a cooperação da U.E. e das ONG" (Berlim) | 1 |
| Conferência Transnacional EUROCORK 2007 (Aracena) | 1 |
| Debate Interparlamentar sobre: "Zona Euro – convergência ou divergência?" (Bruxelas) | 3 |
| Debate sobre "O controlo da aplicação do Direito Comunitário pelos Estados-Membros" (Bruxelas) | 2 |
| Deslocação da CAE à Bulgária e Roménia (Sófia e Bucareste) | 5 |
| III Fórum Económico Europa-Rússia 2007 (Viena) | 1 |
| Inauguração, no Parlamento israelita, da Exposição "A Acção Humanitária de Aristides de Sousa Mendes na II Guerra Mundial (Telavive) | 1 |
| IXth European Interparliamentary Space Conference (Roma) | 2 |
| METM/07 Encontro de Editores e Tradutores (Madrid) | 1 |
| Quinta Conferência de Verão da Defesa da Assembleia Nacional Francesa (Toulouse) | 2 |
| Reunião "Parliamentarians in the field" (Moçambique) | 1 |

| Outras Deslocações Diversas | N |
|--|----------|
| Reunião anual de Presidentes das Comissões do Orçamento e das Finanças dos Parlamentos Nacionais da U.E. (Bruxelas) | 2 |
| Reunião anual do Banco Mundial "Parliamentary Network on the World Bank" (BNoWB) (Washington) | 1 |
| Reunião conjunta da Comissão dos Transportes e do Turismo do P.E. e de representantes das Comissões responsáveis pelas políticas dos transportes dos Estados-Membros da UE (Bruxelas) | 2 |
| Reunião conjunta das Comissões de Negócios Estrangeiros e da Defesa do P.E. e dos Parlamentos Nacionais (Bruxelas) | 2 |
| Reunião da XXXVII COSAC (Berlim) | 8 |
| Reunião do Comité Executivo do CERDP (Kiev) | 1 |
| Reunião do Comité Executivo do CERDP no P.E. (Bruxelas) | 1 |
| Reunião do Conselho IPEX (Copenhaga) | 2 |
| Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Interparlamentar (Bratislava) | 1 |
| Reunião do IPEX (Roma) | 1 |
| Reunião dos Presidentes das Comissões dos Parlamentos Nacionais dos países da U.E. responsáveis pelo controlo e supervisão da execução orçamental (Bruxelas) | 1 |
| VIII Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Luanda) | 2 |
| III Encontro dos Quadros de Informática, no âmbito da Associação de Secretários-Gerais (Luanda) | 2 |
| Reunião dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da U.E. (Bratislava) | 1 |
| Reunião informal de Secretários Gerais dos Parlamentos da União Europeia (Paris) | 1 |
| Reunião Interparlamentar conjunta das Comissões homólogas dos Parlamentos Nacionais dos Estados-Membros e candidatos e do P.E. sobre o Espaço de Segurança, Liberdade e Justiça (Bruxelas) | 7 |
| Reunião Interparlamentar conjunta sobre Educação e Formação do P.E. (Bruxelas) | 4 |
| Seminário "Climate Change and EU Cooperation" (Estocolmo) | 1 |
| Seminário "Managing Change in Public Administration (EIPA) (Maastricht) | 3 |
| Seminário "Parliaments and the Judiciary" (Bruxelas) | 1 |
| Seminário "Specificités de l'administration parlementaire au regard des périodes et rythmes de travail des Parlements" (Paris) | 1 |
| Seminário "The Legislative Observatory: Transparency of Legislative Process in Parliament" (Varsóvia) | 2 |
| Seminário "Using Public-Private Partnerships Effectively: The Challenges for New Public Financial Management" (EIPA) (Varsóvia) | 3 |
| Seminário CERDP sobre Tecnologias de Informação (ICT 2008) (Ljubliana) | 2 |
| Seminário da Ex Libris 2007 (Potsdam – Alemanha) | 1 |
| Seminário ECPRD "Parliaments and Central Banks: A Vital Relationship" (Estocolmo) | 1 |
| Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo (Brasília) | 3 |
| Seminário sobre "Renovación de Alcomocales" (Mérida) | 1 |
| Seminário sobre "The Internal Market in Healthcare and the Impact on Member States (EIPA) (Milão) | 1 |
| Seminário sobre inovação, crescimento e equidade da OCDE (Paris) | 2 |
| Simposium Internacional subordinado ao tema "Holding Government to Account: Lessons for the Future" (Londres) | 1 |
| Taller Regional "Hacia una red de funcionários de Tecnología de la información en los Parlamentos de las Américas (Genebra) | 1 |
| Participação da AR na Feira do Livro de Frankfurt por ocasião da participação da A.R. no certame | 1 |
| Visita de Estudo à Assembleia Nacional da Bulgária (Sófia) | 3 |
| Visita de Estudo ao Parlamento Europeu (Bruxelas) | 3 |
| Visita de trabalho dos Membros da mesa da COF e de Técnicos da UTAO (Bruxelas, Amesterdão, Londres) | 6 |
| Workshop "e-parliament: Managing Innovation e Conferência Mundial e-parliament 2007" (Genebra) | 3 |
| Workshop internacional "Practical Drafting Recommendations for Africa" (Pretória) | 1 |
| XVII Economic Forum (Krynica) | 4 |

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades.

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| N.º de deslocações | 454 | 468 | 394 | 351 | 452 | 442 |
| Despesa assumida | 1.248.930 | 1.647.382 | 1.189.380 | 993.780 | 1.621.947 | 1.699.240 |
| Despesa/deslocação | 2.751 | 3.520 | 3.019 | 2.831 | 3.588 | 3.844 |

Importa referir que a despesa com as deslocações ocorridas em 2007, inclui ajudas de custo, alojamento e transportes, reflectindo o número de viagens, que diminuiu em relação a 2006.

Realce, ainda, no que respeita às deslocações ao estrangeiro, os valores de 2007 traduzirem um acréscimo médio de 7,1%, face ao aumento exponencial verificado nos custos dos serviços prestados pelos agentes do mercado em reflexo da conjuntura mundial, mormente sentida ao nível dos transportes aéreos. Por outro lado, sublinha-se que o ano de 2005, reflecte a circunstância de, na sequência das eleições legislativas antecipadas, se ter verificado mudança de legislatura.

2.4 Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2007 foram criados 7 Grupos Parlamentares de Amizade, a saber:

- Portugal/Angola
- Portugal/Cuba
- Portugal/Indonésia
- Portugal/México
- Portugal/Tunísia
- Portugal/Timor-Leste
- Portugal/Uruguai

Foi ainda criado o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento. Das actividades destes e outros Grupos criados durante a presente Legislatura, perfazendo já um total de 29, resultou um conjunto de 82 reuniões.

Das actividades destes e outros Grupos criados durante a presente Legislatura, que perfazem um total de 29, resultou um conjunto de 82 reuniões, expressas na seguinte listagem:

- Portugal/Alemanha – 2 reuniões
- Portugal/ Angola – 2 reuniões
- Portugal/Argentina – 6 reuniões
- Portugal/Brasil – 3 reuniões

- Portugal/Canadá – 8 reuniões
- Portugal/China – 7 reuniões
- Portugal/Coreia do Sul – 1 reunião
- Portugal/Espanha – 1 reunião
- Portugal/Estados Unidos da América – 5 reuniões
- Portugal/França – 7 reuniões
- Portugal/Índia – 4 reuniões
- Portugal/Israel – 10 reuniões
- Portugal/Itália – 1 reunião
- Portugal/Indonésia – 3 reuniões
- Portugal/Japão – 1 reunião
- Portugal/Marrocos – 1 reunião
- Portugal/Paquistão – 2 reuniões
- Portugal/Reino Unido – 1 reunião
- Portugal/Rússia – 5 reuniões
- Portugal/Timor-Leste – 4 reuniões
- Portugal/Ucrânia – 1 reunião
- Portugal/Uruguai – 1 reunião
- Portugal/Venezuela – 2 reuniões
- Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO – 3 reuniões
- Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento – 1 reunião

| EVOLUÇÃO DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|------|------|------|
| Nº DE GRUPOS EXISTENTES | 6 | 21 | 29 |
| Nº DE REUNIÕES REALIZADAS | - | 39 | 82 |

2.5 Recepção de Delegações e de Entidades Oficiais, Cerimónias e outras Reuniões

2.5.1. No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares,



pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das relações internacionais multilaterais, destacam-se, assim, as seguintes cerimónias e reuniões:

- Conferência “UNITAID” – A Globalização Solidária: o porquê de uma taxa sobre bilhetes de avião para ajuda humanitária e desenvolvimento” promovida pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”, com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, M. Philippe Douste-Blazy.
- Reunião das Comissões de Orçamento e Finanças, de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e de Assuntos Europeus com a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu
- Sessão de apresentação do Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Conferência Parlamentar com o Director da Agência Europeia de Defesa, Nick Witney, da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional
- Visita do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a República Democrática de Timor-Leste e reunião com as Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Defesa Nacional.
- Reunião das Comissões de Assuntos Europeus e da Comissão de Assuntos Económicos com o Comissário Europeu da Concorrência, Senhor Peter Mandelson
- 2ª Conferência do Ciclo de Conferências sobre “Os Desafios do Futuro da União Europeia”
- Conferência promovida pela Comissão de Assuntos Europeus subordinada ao tema “Os Desafios Económicos e Sociais; Estratégia de Lisboa”
- Conferência “A Política Externa e Segurança Comum da União Europeia” - Aveiro
- Sessão sobre impacto social e ambiente das Agências de Crédito à Exportação Ibéricas da iniciativa da OIKOS/EURONATURA
- Colóquio Parlamentar “Desafios para a Competitividade no Sector Têxtil e do Vestuário” da iniciativa da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional
- Audição Pública “As crianças e a igualdade de oportunidades: riscos múltiplos, necessidades especiais” no âmbito da Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus sobre “A PESD durante a presidência portuguesa da UE – Interagindo com os nossos parceiros, um olhar a leste e sul” que se realizou na Universidade de Trás-os-Montes
- Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)
- Audição Parlamentar sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2008 – Comissão de Assuntos Europeus
- Sessão da OIKOS/Euronatura

- Seminário AWEPA “Reforçar as Parcerias Euro-África”
- Reunião da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental
- Conferência Internacional “Desafios da Segurança Internacional e a Cooperação no âmbito da CPLP”, da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Parlamentar da UEO

2.5.2. No plano das relações internacionais bilaterais, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:

- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República do Ghana
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Lituânia, Senhor Valdas Adamkus
- Visita da Presidente da Assembleia Nacional da República da África do Sul, Senhora Baleka Mbete
- Visita do Presidente do Conselho Nacional da Áustria, Barbara Prammer
- Visita do Presidente do Senado do Canadá, Noël A. Kinsella
- Visita do Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática do Congo, Vital Kamerhe
- Visita do Presidente do Conselho Nacional da Eslováquia, Pavol Paska
- Visita do Presidente do Senado de Espanha, Javier Rojo
- Visita do Presidente do Parlamento da Estónia, Ene Ergma
- Visita do Presidente do Parlamento da Finlândia, Sauli Niinistö
- Visita do Presidente do Parlamento da Grécia
- Visita do Presidente da Câmara dos Deputados de Itália, Fausto Bertinotti
- Visita do Presidente do Parlamento de Malta, Anton Tabone
- Visita do Presidente da Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos, Abdelwahad Radi
- Visita do Presidente da Câmara dos Deputados da Roménia, Bogdan Olteanu
- Visita do Presidente do Parlamento da Suécia, Senhor Per Westerberg
- Visita do Presidente do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, Francisco Guterres “Lú Olo”
- Visita oficial do Presidente da Assembleia Nacional da República da Turquia, Bülent Arınc
- Visita do Presidente do Parlamento da República do Uruguai, Enrique Pintado
- Visita do Presidente do Parlamento do Principado de Andorra
- Visita do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
- Visita de Delegação do Parlamento Nacional de Timor-Leste, chefiada pelo Vice-Presidente, Vicente da Silva Guterres.
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso seguida de uma Reunião com as Comissões Parlamentares
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da Hungria, Ferenc Gyurcsány
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República da Bulgária, Sergei Stanishev
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da Polónia, Jaroslaw Kaczynski



- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República da Sérvia, Vojislav Kostunica
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República da Tunísia, Mohamed Ghannouchi
- Cerimónia de Boas-Vindas à Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Helen Clark
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da Antiga República Jugoslava da Macedónia, Senhor Nikola Gruevski
- Visita do Primeiro-Ministro da República da Itália, Romano Prodi seguida de conferência na Sala do Senado com as Comissões de Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus e Defesa Nacional
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, Massimo d'Alema - reunião conjunta da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Comissão de Assuntos Europeus.
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, Embaixador Ruben Ramirez Lezcano
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia
- Reunião da Comissão de Trabalho com a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu
- Reunião da Comissão de Trabalho e Segurança Social como o Director-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia, Nikolaus Van der Pás.
- Reunião Especial da Comissão de Orçamento e Finanças com o Comissário Europeu, Senhor Joaquin Almunia.
- Reunião Especial da Comissão de Orçamento e Finanças com Teresa Ter-Minassian (FMI)
- Reunião da Delegação da Comissão de Assuntos Europeus da Macedónia com a Delegação Portuguesa da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE)
- Conferência Parlamentar da Comissão de Defesa Nacional com o General Perruche, Director Geral do Estado- maior Militar da União Europeia
- Reunião da Subcomissão de Administração Interna com Damtew Dessalegne - Representante Regional Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- Audição da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias com o Deputado Jacques Floch da Assembleia Nacional Francesa
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com o Embaixador da República Federal da Alemanha
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com a Comissão de Assuntos Europeus da Lituânia
- Visita de Senadores franceses no âmbito da Reforma do Senado da República Francesa
- Visita de uma Delegação de Senadores e Deputados do Canadá, membros da Associação Parlamentar Canadá-Europa
- Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças com o Director-Geral da "Modernização Administrativa do Estado Francês", Frank Mordacq

- Reunião das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Assuntos Europeus com a Comissária para as Relações Externas e Política Europeia de Vizinhança, Benita Ferrero Waldner
- Visita de uma Delegação do Conselho Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável do Parlamento Federal Alemão
- Reunião com a Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com a Comissão de Escrutínio dos Assuntos Europeus do Reino Unido
- Visita da Comissária Europeia da Agricultura, Mariann Fisher Boel - Audição Pública da Comissão de Assuntos Económicos e a Subcomissão de Agricultura
- Visita do Secretário-Geral de S. Tomé e Príncipe
- Visita de uma Delegação da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Federal da Alemanha
- Visita do Presidente Executivo da AWEPA
- Visita de Deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns Britânica com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com uma Delegação do Parlamento da Dinamarca
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com a Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Alemão
- A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas recebeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia
- A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas recebeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Singapura
- Reunião da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional com a Comissão de Mercado Interno e Protecção dos Consumidores do Parlamento Europeu
- Delegação Parlamentar Espanhola/Reuniões sobre Segurança Rodoviária
- Visita de estudo da Secretária-Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores
- Visita de 25 jovens funcionários públicos holandeses à Assembleia da República
- Visita de uma delegação dos European Friends of Israel
- Visita do Sub-Secretário Geral da Assembleia Nacional da Coreia, Dong Gi MIN
- Audiência do Ministro das Comunidades Indianas com os Deputados Mário David e Carlos Páscoa do PSD
- Missão de estudo dos Deputados da Assembleia Nacional de Cabo Verde à Assembleia da República
- Visita do Comité dos Negócios Estrangeiros da DUMA Estatal da Assembleia Federal da Federação da Rússia
- Visita do Presidente da Assembleia da República e dos Embaixadores dos Países Árabes a Mértola
- Visita do Comissário da Saúde, Markos Kyprianou



- Reunião com as Comissões de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território com o representante do Governo Britânico para as alterações climáticas, Prof. Jonh Ashtom
- Reunião da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional com a Comissão sobre Mercado Interno do Parlamento Europeu
- Visita de uma Delegação da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro
- Reunião da Comissão de Trabalho e Segurança Social com a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu
- Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças com a Comissão de Orçamento e Finanças da Eslováquia
- Reunião com a Comissão de Assuntos Europeus e a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margot Wallstrom
- II Conferência da Lusofonia – O Brasil na sua Projecção Global
- Reunião da Comissão de Saúde com o Presidente do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência e com o Presidente do IDT
- Visita da Comissão de Orçamento e Finanças da Eslováquia e reunião com a Comissão de Orçamento e Finanças
- Reunião do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-EUA com o Senador de Rhode Island, Daniel da Ponte

Em 2007 o Presidente da Assembleia da República recebeu em audiência:

- O Presidente da República das Maldivas
- O Líder espiritual Dalai Lama.
- O Líder da Autoridade Palestiniana
- O Primeiro-Ministro do Principado de Andorra
- O Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki-Moon
- O Presidente da APCE, René Van der Linden
- O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo
- O Primeiro-Ministro do Principado de Andorra
- O Presidente e Líder Parlamentar do Partido FDP da Alemanha
- O Comissário Europeu da Concorrência, Senhor Peter Mandelson
- O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Jordânia
- O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto
- A Comissão de Mercado Interno e Protecção dos Consumidores do Parlamento Europeu
- Os “Special Olympics”

2.5.3. No plano nacional, destacam-se as seguintes cerimónias e reuniões:

- Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário do 25 de Abril
- Inauguração da Exposição sobre os "Tratados entre Portugal e os Países da UE"
- Audição da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre "Parlamentos Unidos no Combate à Violência Doméstica contra as Mulheres"
- I Jornadas de Procriação Medicamente Assistida, da iniciativa da Universidade Nova de Lisboa
- Seminário sobre Produtividade da Comissão de Trabalho e Segurança Social
- Colóquio organizado pela Comissão Parlamentar da Saúde sobre "Enquadramento da Actividade Farmacêutica"
- Reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu com a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.
- Audição Parlamentar sobre "O Estatuto do Aluno"
- Conferência "Políticas Sociais de Habitação: desafios da actualidade" organizada pela Secretária de Estado da Habitação com a colaboração da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território.
- 3º Colóquio "Os Direitos Humanos na Ordem do Dia"
- Colóquio "Obesidade – epidemia do século XXI", da iniciativa da Comissão de Saúde
- Audição Pública "A Segurança nas Escolas", da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Conferência Combate à Corrupção, Prioridade da Democracia, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Colóquio Parlamentar "Regulação em Saúde" da iniciativa da Comissão de Saúde
- Colóquio "O Novo Aeroporto de Lisboa" promovido pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, seguido de almoço no Restaurante do Novo Edifício
- Colóquio "A Competitividade Fiscal" promovido pela Comissão de Orçamento e Finanças, seguido de almoço
- Audição Parlamentar sobre o "Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior", da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Reunião de trabalho da Comissão de Assuntos Europeus com as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira
- Conferência "Jovens e álcool, tipologia de consumo, relação com a sinistralidade rodoviária e sensibilização para comportamentos responsáveis", da iniciativa da Associação Nacional das Empresas de Bebidas Espirituosas (com a participação da Subcomissão da Segurança Rodoviária)
- Audição da Comissão de Orçamento e Finanças com o Tribunal de Contas
- 2ª Edição do "Café Ciência" no Parlamento

2.5.4. Foram ainda organizadas outras cerimónias comemorativas e de homenagem:

- Trasladação de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos)
- Cerimónia do içar da bandeira de hastear da Assembleia da República
- Doação à Assembleia da República pelo Embaixador Pereira Bastos do Arquivo particular do General João Pereira Bastos
- Cerimónia da Instalação da Entidade Certificadora da Assembleia da República

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A Actividade “Outros Encargos Parlamentares” engloba as **quotizações, as subvenções aos partidos políticos** representados na Assembleia da Republica, assim como as **subvenções estatais para as campanhas eleitorais**.

Esta subactividade representou, em 2007, 4,52% dos encargos globais assumidos, (cfr Quadro 5, página 20), não entrando em linha de conta com os montantes das subvenções estatais para as campanhas eleitorais.

Os encargos assumidos nesta subactividade, num total de €17.853.491,22, encontram-se distribuídos da seguinte forma: Subvenções aos Partidos Políticos (€16.287.588,30), Subvenções para as Campanhas Eleitorais (€1.494.484,25) e Quotizações (€71.418,67).

No que se refere à rubrica – Quotizações –, a execução orçamental foi de 98,38%, traduzida num acréscimo de 32,5% face a 2006 no que respeita aos encargos assumidos com quotas relativas a organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, no valor de €70.658,67, distribuídos do seguinte modo:

Quadro 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

| ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 2006 | 2007 | Var% |
|-----------------------------|------------------|------------------|--------------|
| UIP | 27.266,60 | 33.235,86 | 21,9% |
| UIP – Grupo Doze Mais | 735,39 | 683,66 | -7,0% |
| OSCE | 25.111,00 | 26.161,00 | 4,2% |
| ASG UIP | 225,89 | 217,15 | -3,9% |
| APM | 0,00 | 9.934,00 | n.aplic. |
| IGELU | 0,00 | 220,00 | n.aplic. |
| EAT | 0,00 | 207,00 | n.aplic. |
| Total | 53.338,88 | 70.658,67 | 32,5% |



No que respeita às subvenções atribuídas aos Partidos Políticos, a execução orçamental foi plena, representando 100% do valor inscrito nessa rubrica.

Por outro lado, ao nível das subvenções para as Campanhas Eleitorais, a execução foi inferior a 10% (9,44%), uma vez que à data de 31 de Dezembro de 2007 se mantém um excedente extra-orçamental para 2008 no montante de €14.331.685,52, quer relativo às Eleições Presidenciais de 2006, quer relativo às Eleições Autárquicas e Legislativas de 2005, assim como relativo às mais recentes Eleições Legislativas Regionais da Madeira, realizadas no decurso de 2007.

2.7 Presidência Portuguesa da União Europeia

A Presidência Portuguesa da União Europeia, na sua vertente parlamentar, teve uma fortíssima expressão na actividade parlamentar corrente tendo tido um grande impacto em todos os serviços da Assembleia da República, muito especialmente nos que acompanham a actividade externa.

De facto, por razões que se deduzem da tradição das presidências parlamentares e do crescente envolvimento dos Parlamentos Nacionais na actividade da União – que, aliás, veio a ser reconhecido expressamente pela 1ª vez pelo **Tratado de Lisboa, assinado a 13 de Dezembro de 2007** – o número de eventos conexos com a Presidência foi bastante elevado.

Por efeito directo da Presidência, as Comissões Parlamentares da Assembleia da República organizaram 5 Conferências de Presidentes de Comissões homólogas da União Europeia – Assuntos Internos e Justiça, Defesa, Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus e Orçamento.

No âmbito da Presidência, tiveram ainda lugar em Portugal as seguintes reuniões:

- Reunião da Sub-Comissão para o Desenvolvimento do Turismo da Comissão de Assuntos Económicos e do Desenvolvimento da APCE – Algarve, 17 e 18 de Maio.
- Reunião da Comissão do Ambiente, Agricultura e Assuntos Territoriais da APCE – Açores, Ilha de S. Miguel, 18 a 20 de Outubro.

Paralelamente foram concretizadas diversas cerimónias e reuniões relacionadas com a Presidência, a saber:

- Reunião do Trio de Presidentes dos Parlamentos que integram a Presidência da União Europeia;
- Reunião Interparlamentar União Europeia/África;
- Reunião dos Presidentes das Comissões de Justiça e Assuntos Internos;
- Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Estados Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (COFACC);



- Reunião dos Presidentes das Comissões de Defesa dos Países da União Europeia;
- Reunião da Troika e dos Presidentes da COSAC;
- Reunião dos Presidentes das Comissões do Orçamento e Finanças dos Países da União Europeia;
- XXXVIII COSAC - Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários;
- Reunião do Comité dos Presidentes da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental;
- Seminário da União da Europa Ocidental "Fronteiras Marítimas da Europa";
- Reunião da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com uma Delegação do Comité para os Aspectos Cívicos de Gestão de Crises da União Europeia - CIVCOM ;
- Conferência da Comissão de Defesa Nacional "A PESC durante a Presidência Portuguesa da União Europeia";
- Fórum entre Jovens e os Presidentes dos Grupos Políticos do Parlamento Europeu – Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Regista-se, ainda, que a reunião da COSAC - Conferência das Comissões de Assuntos Europeus – foi a única reunião realizada fora do Palácio de S. Bento, por razões de ordem logística, dado que o número de participantes foi superior a 250.

Além destas conferências, co-organizaram-se com o Parlamento Europeu as Reuniões Interparlamentares sobre o Futuro da Europa, sobre Alterações Climáticas e sobre Ciência e Cultura. Estas 3 reuniões realizaram-se em Bruxelas.

Finalmente, sob a presidência do Presidente da Assembleia da República, realizaram-se duas Reuniões Interparlamentares: a do Trio de Presidentes de Parlamentos da Troika da União Europeia e a Conferência União Europeia/África, prévia à Cimeira de Chefes de Estados e de Governo que se realizou em Lisboa.

A actividade 304 - Presidência da União Europeia, criada especificamente no OAR2007, apresentou uma taxa de execução de 37,73%, face ao montante de €2.280.622 previsto no OAR2007 corrigido, mantendo encargos transitados para o ano de 2008 no valor de € 39.655 que corresponde a 1,74% do previsto.

3. Actividades de Apoio

De acordo com o Quadro 4, as “Actividades de Apoio” corresponderam, em 2007, a 29,59% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a subactividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 51,7% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro 18).

Quadro 18 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

| Actividades de Apoio | OAR2007 corrigido | Encargos assumidos | | |
|-------------------------------------|----------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | | montante | GR% | Estrutura |
| | 1 | 2 | 3=2/1 | 4=2/Σ2 |
| Serviços da Assembleia da República | 15.819.706 | 14.628.644 | 92,47% | 51,62% |
| Gabinete do Secretário-Geral | 451.603 | 388.950 | 86,13% | 1,37% |
| Formação de Pessoal | 282.348 | 178.307 | 63,15% | 0,63% |
| Acção Social | 3.292.554 | 2.678.680 | 81,36% | 9,45% |
| Despesas de Funcionamento | 12.581.114 | 10.366.375 | 82,40% | 36,57% |
| Gabinete Médico | 123.542 | 102.943 | 83,33% | 0,36% |
| TOTAL | 32.550.867 | 28.343.899 | 87,08% | 100,00% |

O crescimento de 20,12% dos encargos assumidos com as “Actividades de Apoio” (Quadro 19) deveu-se ao aumento de 27,67% da subactividade “Despesas de Funcionamento”, e da subactividade “Serviços da Assembleia da República”. O crescimento desta última subactividade decorreu em parte da actualização salarial dos vencimentos dos Funcionários Parlamentares, da actualização das ajudas de custo e do subsídio de refeição, do aumento dos encargos sociais obrigatórios no âmbito das contribuições para a CGA pela Assembleia da República enquanto entidade patronal. Esta componente fica bem patente na evolução relativa registada ao nível da “Acção Social” (153,88%) e que representou um aumento de €1.623.591, e reflecte igualmente a reafecção de custos desta natureza que, em orçamentos anteriores, se encontravam dotados de forma dispersa.

Quadro 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

| Actividades de Apoio | Encargos Assumidos | | Var% |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------|---------------|
| | 2006 | 2007 | |
| Serviços da Assembleia da República | 13.773.373 | 14.628.644 | 6,21% |
| Gabinete do Secretário-Geral | 390.370 | 388.950 | -0,36% |
| Formação de Pessoal | 152.375 | 178.307 | 17,02% |
| Acção Social | 1.055.089 | 2.678.680 | 153,88% |
| Despesas de Funcionamento | 8.119.921 | 10.366.375 | 27,67% |
| Gabinete Médico | 105.684 | 102.943 | -2,59% |
| TOTAL | 23.596.812 | 28.343.899 | 20,12% |

3.1 Gestão das Actividades de Apoio

No ano de 2007, a gestão das várias "Actividades de Apoio" prosseguiu os objectivos relativos a uma contínua racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão; à melhoria das condições de trabalho e das instalações; à abertura do Parlamento ao cidadão e à conservação do património da AR (objecto de análise neste relatório na parte relativa ao "Investimento").

3.1.1. No que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, importa salientar a implementação, a 1 de Janeiro de 2007, de um Novo Classificador Económico de Receitas e Despesas da Assembleia da República, que cfr. alínea a) do artigo 15º da LOFAR, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 4 de Outubro de 2006, na sequência da Proposta nº92/SG/CA/2006.

A implementação do Novo Classificador de Receitas e Despesas da AR tem como principais vantagens as seguintes:

- Melhor adequação da desagregação de componentes de despesa e receita à realidade económica actual.
- Maior ajustamento do classificador económico da despesa e receita à óptica integrada de contabilidade patrimonial, orçamental e de tesouraria;
- Maior facilidade de análise e interpretação à luz dos critérios de eficácia, eficiência e economia dos recursos financeiros utilizados, permitindo uma abordagem de baseada na relação de custo/benefício de centros analíticos a criar;
- Harmonização/Integração do Classificador Económico de Receitas e Despesas da AR, com os restantes classificadores em vigor, facilitando a consolidação das contas nacionais.

Na área financeira foram normalizados procedimentos e circuitos, procedendo-se também à redistribuição de tarefas relacionadas com novos registos contabilísticos, de forma a dar resposta a um conjunto de exigências determinadas pela adopção do POC AR.

Ainda na sequência da adopção do POC AR, prosseguiu-se a colaboração integrada entre a Divisão de Gestão Financeira e a Divisão de Aprovisionamento e Património, no acompanhamento e controlo, das contas de "imobilizado" e "imobilizado em curso", bem como da conta de "Existências" (stocks de economato), registando-se terem já sido alcançados, relativamente a esta última, resultados assinaláveis.

Igualmente, no que se refere aos “stocks” da Livraria Parlamentar (divisão de Edições), manteve-se o acompanhamento e controlo tanto ao nível do stock de “Livros”, como dos stocks de “merchandising e peças”.

Neste ano de 2007 foi também implementada uma nova metodologia para a elaboração do OAR2008, através da criação de uma base de dados – BDOAR – através da qual todos os contributos dos SAR são centralizados, sob a designação de projecto, acção e respectiva classificação económica das despesas.

Regista-se, ainda, a criação no ano de 2007 de um Grupo de Trabalho para o levantamento prévio dos processos organizacionais e respectivos procedimentos bem como dos fluxos de informação da AR, com o objectivo específico de preparar o caderno de encargos para o concurso de aquisição da solução informática para a implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República (**SIGAR**) sendo que este procedimento concursal foi autorizado pelo Presidente da Assembleia da República, em 11 de Abril de 2007, após parecer favorável do CA, tendo a adjudicação sido objecto de despacho do Presidente em 10 de Abril de 2008.

3.1.2. No âmbito dos objectivos relativos à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo e gestão, bem como à utilização eficiente e optimizada dos recursos disponíveis, concretizaram-se as seguintes acções:

- Incremento e manutenção de uma postura assente na procura da excelência e prontidão na resolução de problemas surgidos/solicitações externas, destacando-se as seguintes melhorias alcançadas:
 - a) Constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas, contribuindo, para a resolução de problemas por antecipação;
 - b) Aumento da rapidez e da eficácia na correcção de problemas;
 - c) Acompanhamento sucessivo e sistemático das solicitações formuladas por outras entidades/serviços até à sua satisfação total, tanto pessoalmente como via telefone, *e-mail* ou outro meio adequado, revelando uma constante monitorização do Palácio, do Edifício Novo, do Edifício D. Carlos I (Casa Branca), e da Casa Amarela.
- Continuidade dos processos que se inserem nas múltiplas áreas de actuação e intervenção da DAPAT, e assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia, nomeadamente:

- a) Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção actualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia;
 - b) Continuação do aperfeiçoamento da base de dados do Inventário e gestão de Stocks, com a criação de novos relatórios que permitem em ambos os casos fornecer informação detalhada à contabilidade patrimonial;
 - c) Criação de uma base de dados para efectuar o controlo mensal dos pedidos de intervenção nas infra-estruturas instaladas nos edifícios da Assembleia da República, designadamente sistemas eléctricos, elevadores e sistemas de AVAC e respectiva satisfação junto do cliente, efectuando-se um *report* mensal do nº de intervenções efectuadas;
 - d) Contribuição para a preparação da implementação de um sistema integrado de gestão (SIGAR) na Assembleia da República que visa a análise, a racionalização e a automatização das tarefas associadas aos domínios orçamental, económico-financeiro, patrimonial, administrativo e de recursos humanos.
 - e) Aperfeiçoamento dos mapas destinados ao controlo e previsão dos custos de manutenção e exploração dos veículos da AR, permitindo efectuar uma gestão mais racional e eficiente dos recursos, bem como efectuar uma melhor previsão das despesas aquando da elaboração do orçamento;
 - f) Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de actualização, renovação ou não renovação dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos;
 - g) Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como respectivo acompanhamento/fiscalização, na perspectiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da Assembleia da República.
- Tendo por objectivo uma melhoria na qualidade do ambiente de trabalho, com o objectivo de contribuir para uma Política Ambiental cuidada na AR, foi criada a Equipa de Ambiente (despacho nº 11/SG/2007, de 09.07.2007) com o objectivo de sugerir acções que contribuam para a adopção de boas práticas ambientais na AR, e tenham como consequência uma racionalização dos consumos e respectivos custos associados. Para tal foram já efectuadas as seguintes acções:
 - a) Colocação de detectores de movimento no Palácio de S. Bento;
 - b) Substituição das lâmpadas normais para lâmpadas economizadoras;
 - c) Campanha de sinalização para poupar água e luz.

3.1.3. Relativamente à “Abertura do Parlamento” realizaram-se 1345 visitas guiadas, 529 das quais realizadas em dias úteis e integradas por 16.609 pessoas, número superior em 4% face ao verificado no ano anterior e, à semelhança de 2006, na sua maioria provenientes de instituições dos diversos graus de ensino. Dando continuidade a uma prática implementada em finais de 2003, o Palácio de S. Bento manteve as suas portas abertas no último sábado de cada mês para visitas guiadas quer em grupo quer individualmente, tendo, neste contexto, sido recebidos, em 2007, 816 cidadãos, reflectindo um aumento de quase 50% face aos números de 2006 (546 cidadãos).

Gráfico 5.1
EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS

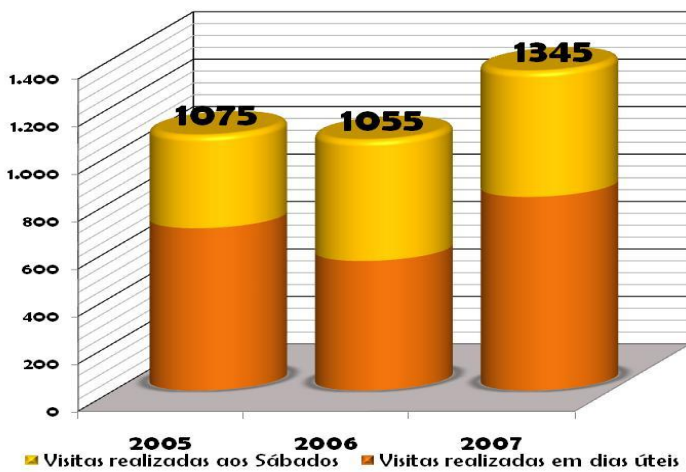
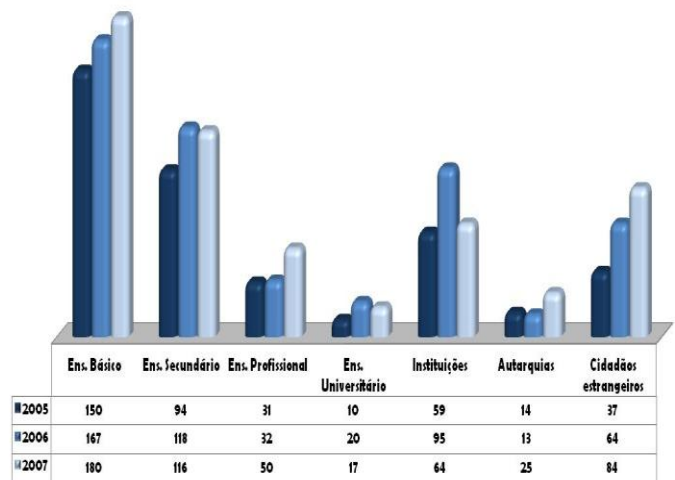


Gráfico 5.2
DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO



Aliado a estas visitas guiadas encontra-se um conjunto de iniciativas culturais que o Parlamento promoveu em 2007. Entre elas, destaca-se a exposição de arte contemporânea “**3d – A Coleção Berardo na Assembleia da República**”, inaugurada no dia 16 de Abril e patente ao público até 20 de Agosto. Esta exposição contou com a presença de um total de 6 778 visitantes.

Há ainda a referir perto de 70 eventos diversos realizados igualmente em 2007, número que, relativamente aos contabilizados em 2006, representa um aumento de 9,5% e que se traduzem numa média de cerca de 6 eventos por mês, incluindo os meses de férias parlamentares.

Pela sua importância e diversidade destaca-se a organização da “**Semana do Ribatejo**”, iniciativa de todos os Deputados dos diversos partidos eleitos pelo círculo eleitoral de Santarém e que decorreu durante 3 dias, compreendendo mostra de artigos regionais, actuação do Coral, representação de peça de teatro e actuação de grupos folclóricos ribatejanos e uma cerimónia de entronização.

Também a celebração das **Jornadas Europeias do Património (JEP)** foi outro dos acontecimentos em evidência em 2007, não só pela diversidade de actividades que integravam o programa, como também pela enorme adesão que estas tiveram por parte do público. Este evento possibilitou o acolhimento de 3 009 cidadãos, um ligeiro acréscimo de 1,75% relativamente a 2006, os quais, durante três dias, integraram visitas guiadas e/ou visitas livres, assistiram a actuações musicais e participaram em actividades lúdico-pedagógicas, tendo sido as JEP mais participadas de sempre.

O ano de 2007 ficou também marcado com o início de um ciclo de regularidade na realização de **19 concertos musicais**, 16 dos quais abertos ao público em geral.

No que se refere à assistência pelo público às Sessões Plenárias, foram recebidas 21.220 pessoas, o que corresponde a um aumento de 16,9% comparativamente a 2006;

Gráfico 6.1
EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS

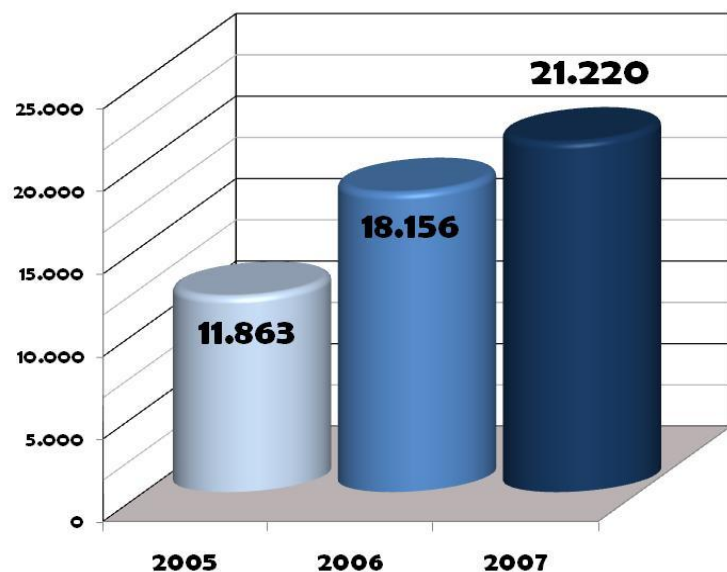
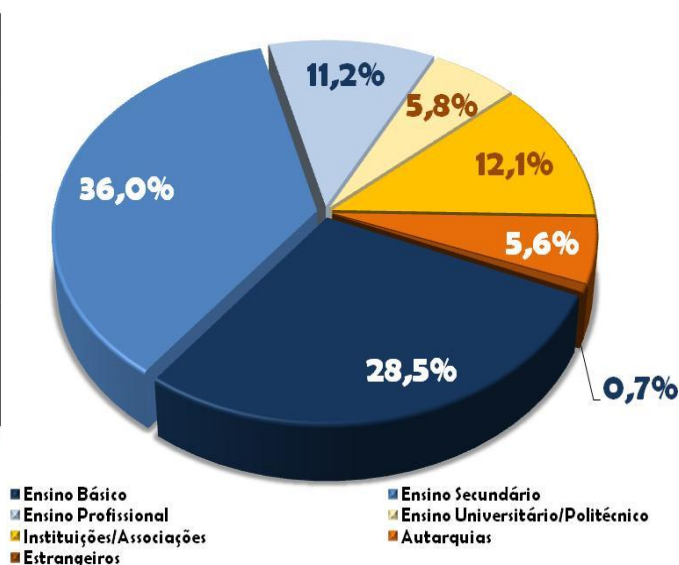


Gráfico 6.2
DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO-ALVO



Foram ainda recebidos 63 grupos de cidadãos por Deputados e pelo Presidente da AR, verificando-se, no seu conjunto, um aumento de 62,9% face a 2006.

A informação ao Cidadão surge concretizada através de várias acções, nomeadamente na manutenção da página Internet do Parlamento, na resposta a pedidos de informação, na publicação de 95 Boletins Informativos, no apoio à actividade dos órgãos de comunicação social (167 comunicados em 2007 – um aumento de 83,5% face a 2006) e na publicação de anúncios, cujo número (165 anúncios) representa uma evolução exponencial superior a 1000% face a 2006.

3.1.4. A Equipa de Projecto “A Escola e a Assembleia” executou, em 2007, pela primeira vez, o novo programa Parlamento dos Jovens, criado pela Resolução da AR nº 42/2006 de 2 de Junho, dando cumprimento às orientações definidas pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e reportando directamente, para a respectiva execução, à Secretária Geral.

As Sessões Nacionais realizaram-se, com grande sucesso e impacto, em 23 e 24 de Abril e em 14 e 15 de Maio de 2007, respectivamente para o ensino Secundário e para o 2º e 3º ciclos do ensino Básico, cumprindo um calendário de acções ao longo do ano lectivo 2006/2007 segundo um novo modelo que resultou da fusão com uma iniciativa paralela que era prosseguida pelo Instituto Português da Juventude, designada por Hemiciclo, jogo da cidadania. O IPJ passou, assim, a ser uma entidade parceira da AR, conjuntamente com o Ministério da Educação e as Direcções Regionais de Educação e de Juventude das Regiões Autónomas. Em Abril de 2007 foi assinado um protocolo entre a AR, a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, com o objectivo de articular o concurso Euroscola com o programa Parlamento dos Jovens. Com o novo programa, verificou-se um crescimento significativo da adesão de Escolas.

| Escolas participantes | Ano Lectivo | | Evolução |
|-----------------------|-------------|------------|------------|
| | 2006/2007 | 2007/2008 | |
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Ensino Básico | 130 | 203 | 56% |
| Ens. Secundário | 240 | 260 | 8% |
| Total | 370 | 463 | 25% |

3.2 Gestão de Recursos Humanos

No domínio da gestão dos recursos humanos, no ano de 2007, prosseguiu-se a política de contenção adoptada nos últimos anos, a par da valorização dos recursos disponíveis por via da utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, disponibilizadas para facilitar a prossecução dos objectivos a atingir pelos serviços, sendo de sublinhar a opção pela continuidade da motivação dos recursos existentes, tendo-se promovido a abertura de concursos internos, com reflexos na evolução do pessoal nas respectivas carreiras profissionais.

Neste sentido, em 2007, destaca-se a abertura de concursos internos de acesso limitado nas áreas:

- assuntos culturais;
- audiovisual;
- gestão e administração pública;
- informática;

- jurídica;
- relações públicas;
- tradução;
- técnica;
- técnico-profissional e
- administrativa.

O **Gráfico 7** é demonstrativo da actividade concursal em 2007, a qual foi mais significativa do que a de 2006, o que se explica pelo facto de um maior número de funcionários ter preenchido os módulos de tempo legalmente exigidos para promoção quanto à permanência nas respectivas categorias, beneficiando alguns deles de redução do referido tempo, em consequência do mérito revelado no desempenho durante o ano de 2005, cuja avaliação se realizou em 2006, no âmbito do SIADAR – Sistema de Avaliação de Desempenho na Assembleia da República.



No prosseguimento da política de gestão de pessoal definida, orientada para a estabilidade dos recursos, regista-se a admissão de 4 funcionários para o grupo de pessoal técnico superior, na sequência da conclusão dos concursos externos de ingresso, abertos em 2004, ainda na Legislatura anterior, com vista a reforçar as áreas económica e jurídica.

Registou-se, ainda, alteração nos efectivos resultante:

- Da saída de 2 Requisitados, de 1 Contratado a termo resolutivo certo e 2 de Funcionários do quadro, por motivo de aposentação;
- Do regresso de 2 técnicos superiores, de 1 técnico-profissional e de 1 administrativo, que exerciam funções noutros organismos, na sequência da Deliberação do Conselho de Administração de 27 de Abril de 2006; e
- Da requisição de 1 funcionária administrativa, autorizada em 2006, mas só com início efectivo em 2007.

Assim, em 31 de Dezembro de 2007, exerciam funções na Assembleia da República 388 funcionários do Quadro, 13 funcionários requisitados e 22 contratados (19 contratos de avença e 3 contratos de tarefa), num total de 423, mantendo-se, ainda, àquela data, 13 funcionários do quadro a exercer funções em gabinetes ministeriais e noutros organismos, que não se incluem no total de efectivos supra referido.

Refira-se que, em 2007, dos dezanove contratados em regime de avença, 15 exerceram a respectiva prestação de serviços junto da DRAA (6), do GME (3), da DAC (2), da DAPAT (2), do GABSG (1) e da UTAO (1), e os restantes 4 nas entidades que funcionam junto da AR (1 no CFSI, 1 no CAJP, 1 no CNPMA e 1 na Associação dos Antigos Deputados).

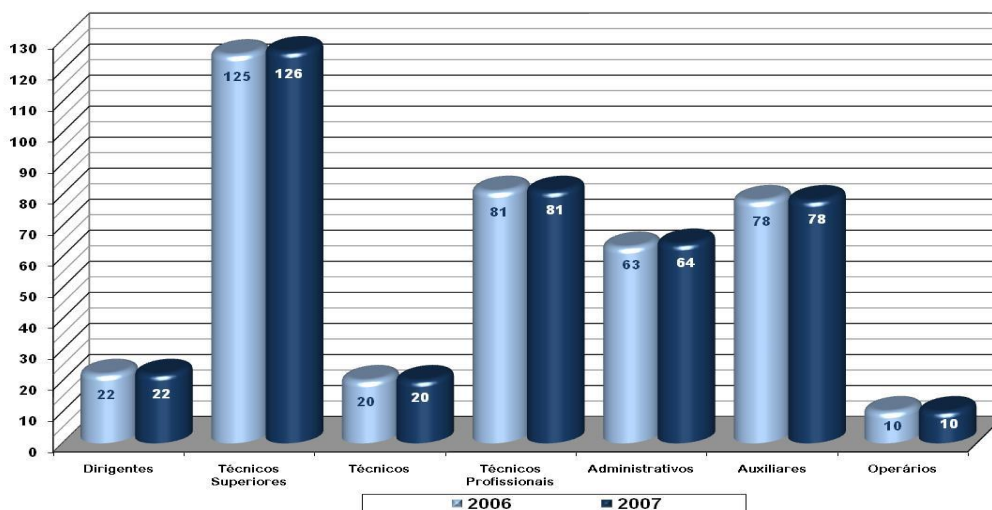
O **Gráfico 8**, representando a distribuição dos efectivos por grupos profissionais, revela, na prática, que no ano de 2007, a gestão dos recursos humanos se identificou com a estratégia definida e praticada, nomeadamente nos últimos três anos, de não aumentar os encargos com pessoal assegurando uma adequada racionalidade dos recursos.

Neste sentido, regista-se apenas ligeiras alterações que se reflectiram nos grupos profissionais dos técnicos superiores e administrativo, em resultado das seguintes acções:

- Conclusão de dois concursos externos, abertos em 2004, para reforço do grupo dos técnicos superiores nas áreas de economia e jurídica (4 ingressos);
- Uma requisição para reforço do grupo profissional dos administrativos, autorizada em 2006 mas apenas efectivada em 2007.

Destaca-se ainda que o grupo profissional com maior representatividade (31,4% do total dos efectivos) continua a ser o dos técnicos superiores.

Gráfico 8 – EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

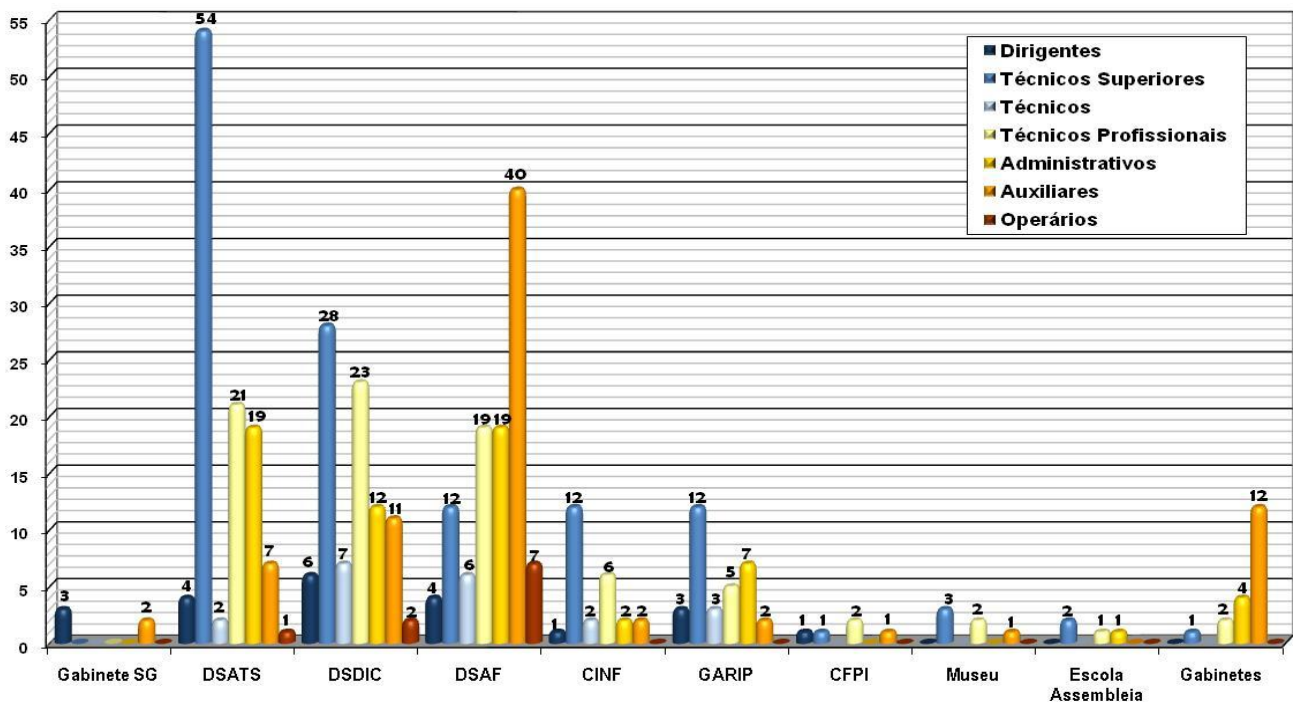


O **Gráfico 9** contempla a distribuição dos grupos profissionais pelos Serviços a que estão afectos e permite concluir que as alterações ocorridas não são significativas, considerando o enquadramento existente no ano anterior.

De facto, as áreas do apoio legislativo (DSATS) e do apoio documental (DSDIC) continuam a ser as mais dotadas de pessoal técnico superior, enquanto as áreas de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais (DSAF), informática (CINF) e relações públicas (DSDIC) e de relações internacionais (GARIP) mantêm o mesmo número de pessoal daquele grupo profissional.

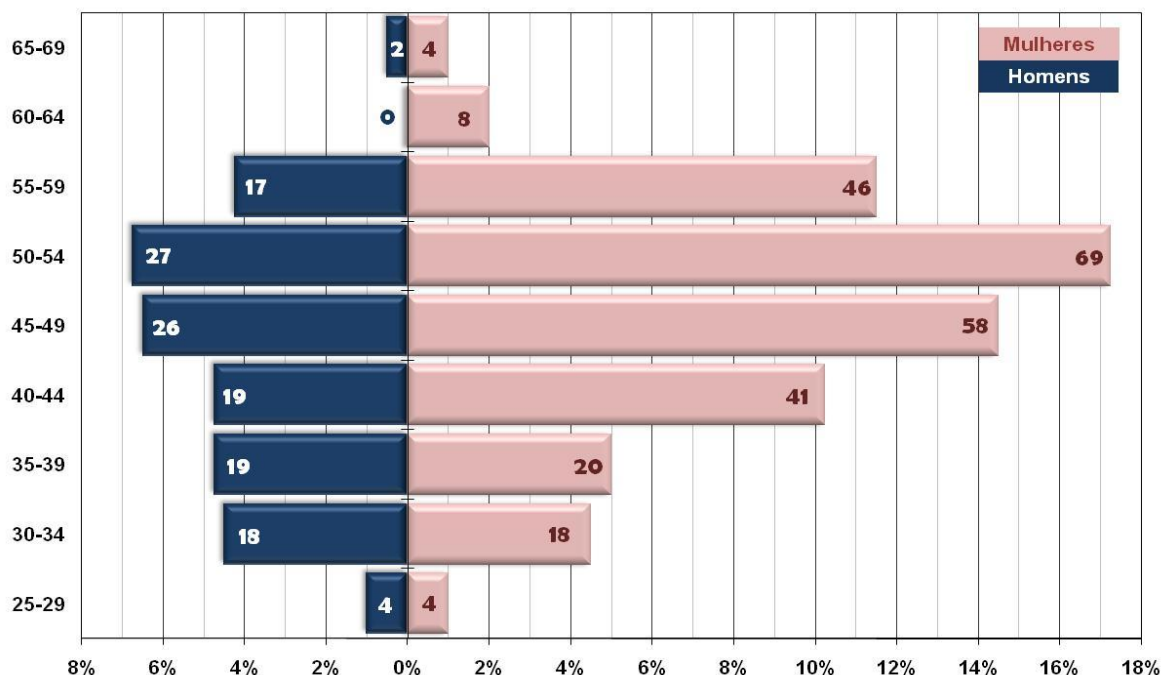
No que respeita ao pessoal auxiliar, que assegura o controlo dos acessos aos edifícios da Assembleia da República, em colaboração com as forças de segurança, e ainda a vigilância dos espaços comuns, a que acresce ainda as funções de apoio aos vários serviços e gabinetes assinala-se também não ter havido alteração do respectivo contingente.

Gráfico 9 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS



O **Gráfico 10** ilustra a distribuição dos efectivos por escalões etários e regista que o maior número de efectivos se concentra no escalão etário dos 50 a 54 anos, permitindo concluir que se mantém a subida da média etária, fixando-a em 46,9 anos, 1% mais elevada do que a do ano anterior, resultando das medidas adoptadas no sentido da contenção de novas admissões.

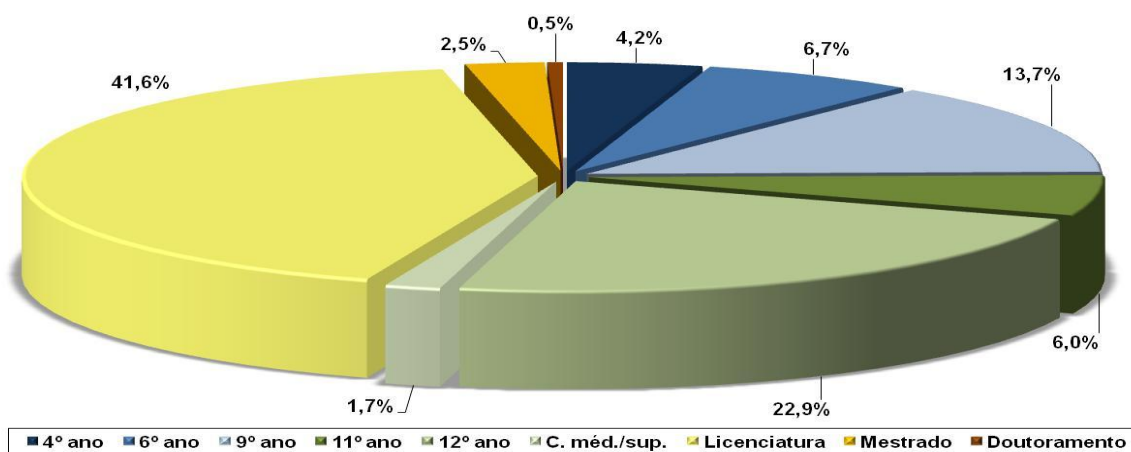
Gráfico 10 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS E SEXO



Da leitura do **Gráfico 11** - Efectivos por nível habilitacional, resulta claro o elevado nível percentual das habilitações dos efectivos, que se vem mantendo sempre em crescendo nos últimos anos e no ano em análise – 2007 – regista um aumento de 0,7%, em comparação com o nível percentual confirmado em 2006.

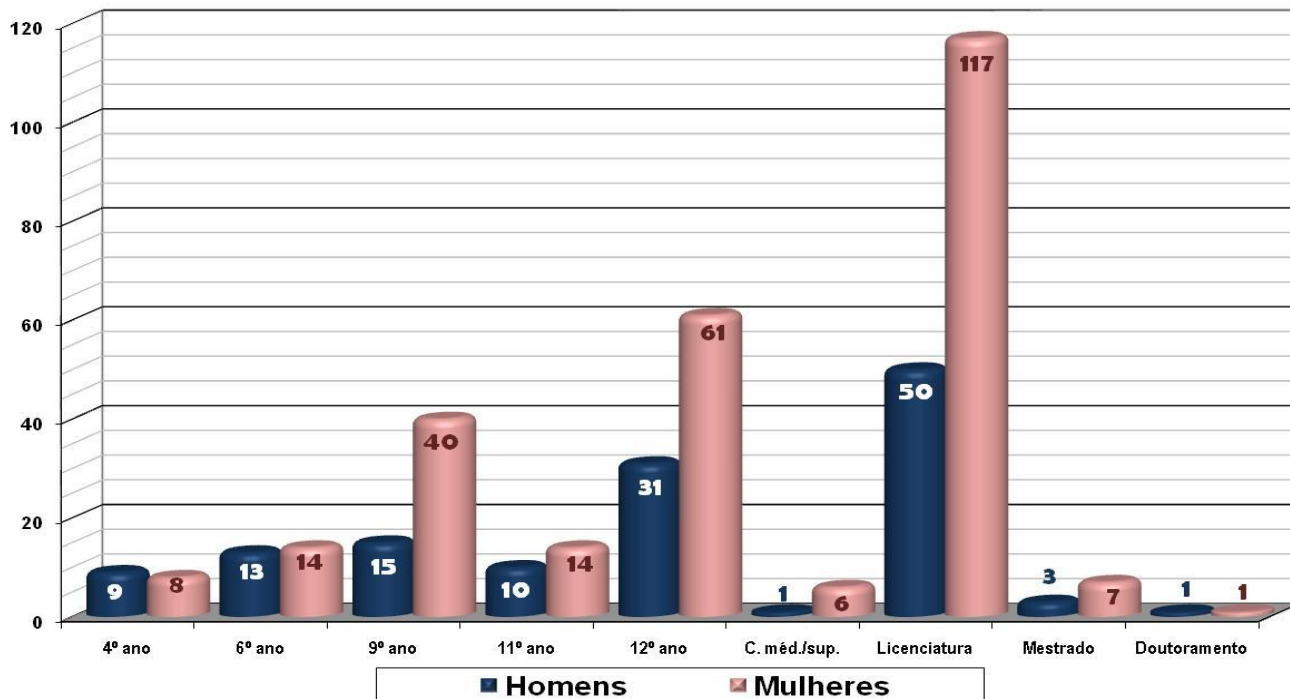
Destaque ainda para a análise dos níveis habilitacionais mais baixos, cujos valores percentuais são cada vez menores de ano para ano, o que se explica por uma valorização dos efectivos por via do acesso à frequência de graus superiores de ensino.

Gráfico 11 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



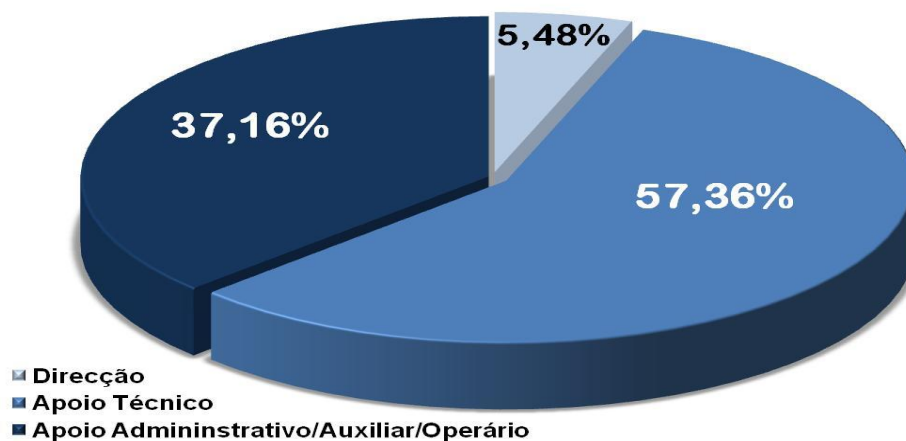
A distribuição do nível habilitacional por sexo, analisada no **Gráfico 12**, posiciona um maior número de mulheres em níveis habilitacionais mais elevados, sendo exemplo desta constatação o nível habilitacional dos licenciados com 41,6% do total de efectivos.

Gráfico 12 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



O **Gráfico 13**, agrupando as grandes áreas de actividade, permite verificar que a área de apoio técnico detém 57,3% dos 401 efectivos dos Serviços da Assembleia da República (sendo 388 funcionários do quadro e 13 requisitados), registando-se, comparativamente com o ano anterior, uma subida de 0,8% do índice de tecnicidade

Gráfico 13 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



No que se refere à Formação Profissional assinala-se a elaboração do Plano de Formação para 2007, no âmbito do qual se realizou um total de 10.695 horas de formação (internas e externas), contando com 628 participações (de Funcionários Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e de Funcionários dos Parlamentos de Língua Portuguesa), cuja transversalidade se comprova pelo facto de todos os Grupos de Pessoal terem beneficiado de acções de formação.

| Total de Funcionários em acções de formação | |
|---|------------|
| Internas | 334 (a)(b) |
| Externas | 294 |
| Total | 628 |

| Hrs Formação por Gr. Profissional | Dirigente | Técnico Superior | Técnico | Técnico Profissional | Administrativo | Auxiliar | Operário | Total |
|-----------------------------------|-------------|------------------|------------|----------------------|----------------|------------|----------|--------------|
| Formação Interna | 166 | 2748(a) | 222 | 1204 | 962 | 247 | 15 | 5564 (b) |
| Formação Externa | 776 | 2533 | 169 | 921 | 492 | 180 | | 5071 |
| e-learning | 60 | | | | | | | 60 |
| Total | 1002 | 5281 | 391 | 2125 | 1454 | 427 | | 10695 |

Manteve-se o recurso à intranet, como forma de promover a visibilidade do programa de formação, tendo entrado em funcionamento a aplicação informática específica que potencia a gestão de todo o processo.

Realizaram-se internamente 20 acções de formação, incluindo o IV Curso de Formação Interparlamentar destinado a Funcionários dos Parlamentos de Língua Portuguesa que decorreu na Assembleia da República, de 15 a 26 de Outubro de 2007, subordinado ao tema "O Conhecimento Individual e o Conhecimento Organizacional", tendo por destinatários 24 Formandos, com a seguinte distribuição: 4 de Angola, 3 do Brasil, 5 de Cabo Verde, 3 da Guiné-Bissau, 3 de Moçambique, 3 de S. Tomé e Príncipe e 3 de Timor-Leste.

| Nº de Acções Formação (b) | Menos de 30 hrs | 30 a 59 hrs | 60 a 119 hrs | 120 hrs | Total |
|---------------------------|-----------------|-------------|--------------|----------|------------|
| Internas | 19 | | 1(a) | | 20 |
| Externas | 85 | 41 | 3 | 5 | 134 |
| e-learning | | | | | |
| Total | 104 | 41 | 4 | 5 | 154 |

(a) inclui IV Curso de Formação Parlamentar e Interparlamentar
 (b) Integra a participação de Funcionários dos Grupos Parlamentares

Em 2007 foram executados programas de formação de acolhimento num total de 78 horas e o acompanhamento de uma Funcionária do Parlamento da Guiné-Bissau que estagiou na Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros ao longo de 2007.

4. Actividade Editorial

Ao longo de 2007 deu-se continuidade à actividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros; na produção e acompanhamento de exposições; no apoio a obras de outras editoras; e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação nas feiras do livro de Lisboa e do Porto.

Durante o ano de 2007 editaram-se 30 livros, destacando-se a obra publicada na Colecção Parlamento em parceria com as Publicações Dom Quixote, a edição bilingue (português e inglês) actualizada de O Parlamento de Portugal, os seis livros publicados na Colecção Colóquios e Conferências Parlamentares, as Intervenções Parlamentares de Acácio Barreiros, o Regimento da Assembleia da República e o catálogo da exposição Tratados entre Portugal e os países da União Europeia, séculos XIII-XXI. Seria ainda criada uma nova colecção de livros de bolso com dois títulos editados: Constituição e Regimento, renovando-se ainda a edição da agenda de secretária para 2008 em dois formatos, entre outros.

Realçam-se, ainda, a edição actualizada do tríptico desdobrável Palácio de São Bento nas versões inglesa, francesa e castelhana assim como a colecção de folhetos sobre as comissões parlamentares e uma brochura sobre a União Europeia e a Assembleia da República, editados para as reuniões parlamentares realizadas no âmbito da presidência portuguesa da UE.

Em 2007, concluíram-se os trabalhos de organização de três novos volumes da Colecção Parlamento: Félix Pereira de Magalhães e A questão colonial no Parlamento (1.º e 2.º volumes).

Também neste ano, foi aprovado pelo Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais (GTAC) o projecto de doze estudos monográficos sobre parlamentares da 1ª República, sob a coordenação do Prof. Luís Farinha, que decorrerá entre 2008 e 2012. Das propostas aprovadas pelo GTAC, destacam-se ainda a edição Os membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa no Estado Novo, 2 volumes (2008-2009), as Intervenções Parlamentares de Lino de Carvalho e de José Luís Nunes, o dicionário sobre os candidatos a Deputados da oposição no período do Estado Novo (em que já foi realizado um levantamento prévio dos nomes dos candidatos) e as Comemorações do Centenário da República na AR (foi aprovada a imagem gráfica para as Comemorações e feito um levantamento de custos para a realização do Colóquio e a execução do Dicionário).

Em 2007, foram editados 83 novos objectos evocativos e reeditados 12, ao que acresce o desenvolvimento da nova linha gráfica infantil de merchandising “Os amigos da Assembleia”. Foi



ainda dada continuidade à colecção de porcelanas inspirada na capa da Constituição de 1822 e criada uma colecção de blocos e cadernos com imagens das estátuas da fachada do Palácio.

Em matéria de eventos, destacam-se a realização na Assembleia da República da “Exposição 3d: a colecção Berardo” e das Jornadas Europeias do Património.

Mantiveram-se as participações nas Feiras do Livro de Lisboa e do Porto. Para os stands e catálogo das Feiras do Livro seria desenvolvida uma imagem gráfica exclusiva e instalados terminais com o programa informático de vendas da Livraria Parlamentar, permitindo automatizar a contabilidade e o movimento de stocks.

No âmbito do Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado em Março de 2007, em Ponta Delgada, a AR fez-se representar com um stand no salão ExpoBad.

Destaque, ainda, para a presença da AR, através da APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, na Feira do Livro de Frankfurt (Outubro, 2007) e a participação na Feira do Livro Liberdade e Cidadania, organizada pela Associação 25 de Abril, em Dezembro de 2007.

Nos meses de Novembro e Dezembro, realizou-se a iniciativa Natal na Livraria Parlamentar (com peças em promoção, desconto de 20% nos livros editados pela Assembleia da República e ofertas de artigos.

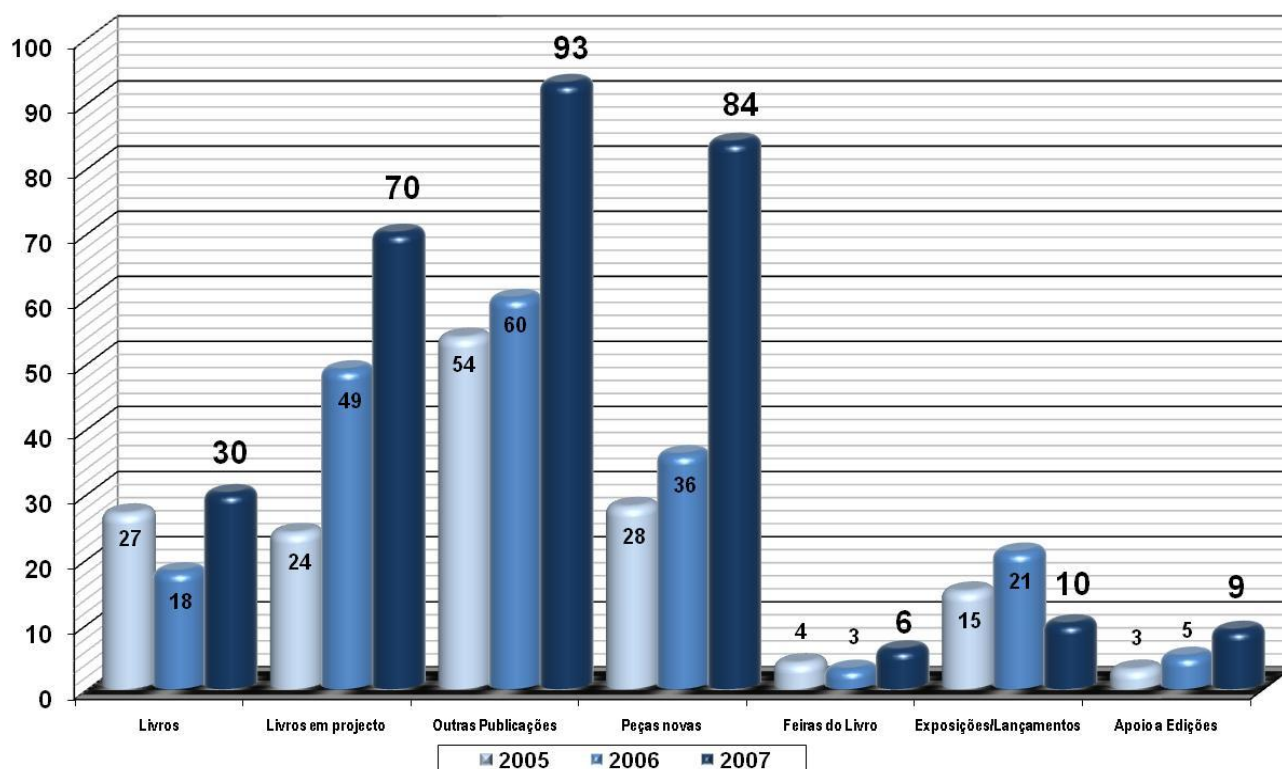
De entre as várias exposições realizadas ao longo de 2007, relevam-se Os Tratados Europeus na Assembleia da República (Março-Abril), com documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da AR e Tratados entre Portugal e os países da União Europeia, séculos XIII-XXI (Setembro-Dezembro), sendo que, no que se refere a lançamentos de livros, organizaram-se também diversas apresentações, quer de obras editadas pela Assembleia da República, quer editadas por outras editoras

Para assinalar a homenagem da AR a Aquilino Ribeiro por ocasião da transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional, foi feita uma parceria com a Bertrand para uma reedição especial de O Malhadinhas. A AR distribuiu exemplares desta obra a todas as escolas públicas do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, bibliotecas públicas, centros culturais portugueses, centros de língua portuguesa e rede de docência de português no estrangeiro.

Quadro 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

| Actividade Editorial | 2007 |
|---|------|
| Livros | |
| Edições exclusivas da Assembleia da República | 29 |
| Colecção Parlamento | 1 |
| Apoio a Edições (obras já editadas) | 9 |
| Material Promocional | |
| Brochuras | 18 |
| Postais, marcadores, convites, cartazes, etc. | 71 |
| Agendas de bolso, de secretária e calendários | 4 |
| Peças | |
| Peças novas: estanhos, porcelanas, pele, cristais e papelaria | 84 |
| Reedições | 12 |
| Exposições | |
| Organização | 2 |
| Colaboração | 2 |
| Feiras do livro | |
| Lisboa, Porto, Açores, Frankfurt, 'Natal na Livraria Parlamentar' | 6 |
| Lançamentos de livros | 6 |
| Livros em projecto (para 2008) | 47 |
| Livros em projecto (total até 2012) | 70 |

Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL



5. Cooperação Interparlamentar

5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os Países de Língua Portuguesa, durante o ano de 2007, importa sublinhar:

Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde

- Missão de Estudo de uma Delegação de Deputados da ANCV à AR de 12 a 14 de Fevereiro, constituída por cinco Deputados e uma Assessora do gabinete do Presidente da ANCV.

Cooperação com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

- Missão da Assembleia da República à ANPGB de 26 de Fevereiro a 2 de Março.
- Formação profissional complementar nos Serviços da DSAF (AR) de uma Funcionária da ANPGB, durante o ano de 2007 e pagamento de per diem pelo mesmo período.
- Estágio de um Funcionário da ANPGB, no CINF (AR), na 2ª quinzena de Outubro.
- Reunião do Secretário-Geral e do Director de Serviços Legislativos da ANPGB na Assembleia da República, em 9 e 10 de Novembro.

Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique

No âmbito da visita oficial do Presidente da Assembleia da República a Maputo, efectuada em Novembro, celebrou-se entre os Presidentes dos dois Parlamentos um Protocolo de Cooperação que lançou as bases para a institucionalização de um mecanismo de cooperação no domínio parlamentar e para o fortalecimento institucional das respectivas Administrações Parlamentares.

A Secretária-Geral da Assembleia da República, que integrou a delegação, assinou com o seu homólogo um Memorando de Intenções para a elaboração do Programa de Cooperação entre as duas Assembleias da República. Constituiu objectivo geral deste Memorando de Intenções traçar as directrizes para que o próximo Programa de Cooperação entre as Assembleias da República de Moçambique e de Portugal.

Decorreram ainda outras acções de cooperação, que a seguir se indicam:

- De 23 a 28 de Setembro, visitou o Parlamento português uma Delegação do Gabinete da Mulher Parlamentar (GMP) da Assembleia da República de Moçambique. A criação do Gabinete no Parlamento moçambicano teve como objectivo promover a igualdade e a equidade de género das mulheres parlamentares, em particular, e da mulher moçambicana, em geral. A visita a Portugal teve como objectivos a troca de



experiências com organismos homólogos portugueses em matérias como o papel da mulher parlamentar portuguesa na promoção dos direitos da mulher, o processo de legalização da interrupção voluntária da gravidez e a problemática da violência doméstica.

- O Director dos Serviços de Documentação, Informação e Comunicação da Assembleia da República participou como orador num curso de capacitação técnica sobre o processo legislativo, que decorreu em Dezembro, em Maputo. A sua apresentação centrou-se no tema "Novas Tecnologias de Informação e o Sistema de Informação Parlamentar".

Cooperação com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

O ano de 2007 foi marcado pela entrada em execução do Programa de Cooperação Parlamentar para o triénio 2007/2009, o qual foi precedido de uma Missão de Avaliação do Programa anterior (2004/2006). O novo Programa abarca três áreas fundamentais: Apoio Parlamentar, Biblioteca e Documentação e Informática.

Foram executadas as seguintes acções:

- O Secretário-Geral da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe (ANSTP) deslocou-se a Lisboa, em visita oficial, com o objectivo de discutir as acções de cooperação no âmbito do Programa 2007/2009 e de contactar os vários Serviços da Assembleia da República.
- Deslocou-se a S. Tomé, numa missão de assistência técnica, uma equipa do Centro de Informática da Assembleia da República no âmbito do Programa de Cooperação em vigor, tendo executado tarefas no sistema de segurança da rede wireless e no controlador de domínio da rede informática da ANSTP.

Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste

Foi dada continuidade à execução de algumas acções em curso com o objectivo de assegurar o prosseguimento dos trabalhos parlamentares. Contudo, e em parte devido à crise político-institucional que deflagrou em Timor-Leste em Abril de 2006, bem como todo o período posterior que se prolongou até às eleições legislativas de Junho de 2007, não foi possível proceder à assinatura de um novo Programa de Cooperação, o que se veio a concretizar já em 2008.

No âmbito desta cooperação destacam-se as seguintes acções:

- Continuidade da missão de assistência técnica assegurada por um do técnico superior da Assembleia da República Portuguesa.



- Permanência de um Técnico Residente, contratado, desde 15 de Setembro de 2004, para exercer funções no Parlamento Nacional de Timor-Leste. Este técnico deu apoio à Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais, ao Gabinete do Presidente, ao Secretariado e às Relações Internacionais.
- Ensino de português em parceria com o Instituto Camões que disponibilizou um Professor que se dedicou ao ensino da língua portuguesa aos deputados e funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste.

Em sede da cooperação parlamentar bilateral, deve ainda assinalar-se a assinatura pelo Presidente da Assembleia da República Portuguesa de Protocolos de Cooperação Parlamentar com a Assembleia Popular Nacional da Argélia e com a Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos.

Foi também assinado um Protocolo de Cooperação Parlamentar com a Câmara dos Representantes da República Oriental do Uruguai, quando da visita do respectivo Presidente de Portugal.

5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, a AR participou nos seguintes encontros:

- VIII Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, em Luanda
- III Encontro dos Quadros de Informática, que decorreu no âmbito da Associação de Secretários-Gerais, em Luanda

Dando continuidade ao projecto que existe desde 2004, a AR organizou, entre os dias 15 e 26 de Outubro, o IV Curso de Formação Interparlamentar.

6. Financiamento de Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a CNE, CNPD, ERC, Provedoria de Justiça e CADA, como as verbas destinadas a suportar os encargos com o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação, com o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com a Associação dos Ex-Deputados e com o Grupo Desportivo Parlamentar.

O valor orçamentado daí decorrente, tal como ressalta do Quadro 21, superou os valores do ano anterior em 5,5%, importando destacar, no que respeita às Entidades Autónomas, que as verbas provenientes do Orçamento de Estado se mantiveram constantes, com excepção da atribuída à ERC e CNPD, com aumentos de 19,80% e 18,85%, respectivamente.

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

| Entidades | OAR2006 corrigido | OAR2007 corrigido | Var% |
|--|----------------------|----------------------|--------------|
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Entidade Reguladora para a Comunicação Social | 2.043.537 | 2.448.107 | 19,80% |
| Comissão Nacional de Eleições | 1.115.000 | 1.115.000 | 0,00% |
| Provedoria de Justiça | 6.016.822 | 5.901.025 | -1,92% |
| Comissão Nacional de Protecção de Dados | 1.837.481 | 2.183.929 | 18,85% |
| Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos | 650.930 | 650.930 | 0,00% |
| Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações | 121.946 | 134.039 | 9,92% |
| Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz | 46.481 | 57.425 | 23,55% |
| Associação dos Ex-Deputados | 21.000 | 21.000 | 0,00% |
| Grupo Desportivo Parlamentar | 16.000 | 16.000 | 0,00% |
| Outras Entidades Públicas ou Privadas | 5.000 | 0 | -100,00% |
| TOTAL | 11.874.197 | 12.527.455 | 5,50% |

Em termos de execução orçamental, a actividade regista, à semelhança de anos transactos, um nível próximo da execução plena (97,5%), como se infere do Quadro 22, que se segue:

Quadro 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

| Entidades | OAR2007 | | GR% |
|--|-------------------|--------------------|---------------|
| | Dotação corrigida | Encargos Assumidos | |
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Entidade Reguladora para a Comunicação Social | 2.448.107 | 2.365.268 | 96,62% |
| Comissão Nacional de Eleições | 1.115.000 | 1.026.808 | 92,09% |
| Provedoria de Justiça | 5.901.025 | 5.798.979 | 98,27% |
| Comissão Nacional de Protecção de Dados | 2.183.929 | 2.181.798 | 99,90% |
| Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos | 650.930 | 650.930 | 100,00% |
| Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações | 134.039 | 112.946 | 84,26% |
| Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz | 57.425 | 40.385 | 70,33% |
| Associação dos Ex-Deputados | 21.000 | 21.000 | 100,00% |
| Grupo Desportivo Parlamentar | 16.000 | 16.000 | 100,00% |
| Outras Entidades Públicas ou Privadas | 0 | 0 | 0,00% |
| TOTAL | 12.527.455 | 12.214.115 | 97,50% |

7. Investimentos

O crescimento global dos valores orçamentados em investimento para 2007 traduziu-se em 53,71% (Quadro 23).

Quadro 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

| Investimento | OAR2006 | OAR2007 | Var% |
|---|------------------|------------------|---------------|
| | Corrigido | Corrigido | |
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Edifícios | 2.663.440 | 200.000 | -92,49% |
| Equipamento de informática | 859.753 | 1.411.883 | 64,22% |
| Software informático | 735.695 | 739.588 | 0,53% |
| Equipamento Administrativo | 487.306 | 862.345 | 76,96% |
| Ferramentas e utensílios | 25.000 | 10.000 | -60,00% |
| Artigos e objectos de valor | 135.000 | 100.000 | -25,93% |
| Equipamento de gravação e audiovisual | 561.352 | 1.771.378 | 215,56% |
| Outros Investimentos | 25.000 | 3.087 | -87,65% |
| Locação financeira – outros investimentos | 66.321 | 66.322 | 0,00% |
| Bens do Domínio Público | 0 | 3.379.896 | n.aplic. |
| TOTAL | 5.558.867 | 8.544.499 | 53,71% |

Em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa global de 46,26%, a que corresponde um saldo de €4.591.449, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (Quadro 24), realçando-se que o montante de encargos transitados nesta subactividade foi de €1.005.900.

Quadro 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

| Investimento | OAR2007 | | GR% |
|---|------------------|--------------------|---------------|
| | Corrigido | Encargos Assumidos | |
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Edifícios | 200.000 | 70.981 | 35,49% |
| Equipamento de informática | 1.411.883 | 479.538 | 33,96% |
| Software informático | 739.588 | 489.599 | 66,20% |
| Equipamento Administrativo | 862.345 | 490.826 | 56,92% |
| Ferramentas e utensílios | 10.000 | 269 | 2,69% |
| Artigos e objectos de valor | 100.000 | 2.050 | 2,05% |
| Equipamento de gravação e audiovisual | 1.771.378 | 283.179 | 15,99% |
| Outros Investimentos | 3.087 | 0 | 0,00% |
| Locação financeira – outros investimentos | 66.322 | 65.350 | 98,53% |
| Bens do Domínio Público | 3.379.896 | 2.071.257 | 61,28% |
| TOTAL | 8.544.499 | 3.953.050 | 46,26% |



Os investimentos contabilizados em “Edifícios” respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República (constituído por quatro imóveis) assim como na melhoria das instalações. Os projectos concluídos neste domínio reportam-se às seguintes intervenções:

- Empreitada de instalação de um novo sistema de AVAC (ala do gabinete do PAR), na cobertura do Palácio de S. Bento;
- Requalificação dos Sótãos do Andar Nobre no Palácio de S. Bento;
- Nova tomada de ar novo para o sistema de AVAC do Hemiciclo;
- Construção de uma plataforma metálica para alojamento do minichiller;
- Montagem do mastro da bandeira acima de do Frontão;
- Requalificação das instalações dos auxiliares parlamentares;

Há igualmente a assinalar outros projectos de igual relevância, não previstos no Plano de Actividades, direccionados para a Conservação do Património da AR sobre os quais importa referir as melhorias realizadas em cada um dos imóveis:

Palácio de S. Bento:

- Obras de beneficiação nas salas n.ºs 4067, 4068 e 4069 do GP PSD;
- Empreitada de desinfestação das térmitas e caruncho no corredor do Senado - Andar Nobre do Palácio de S. Bento;
- Empreitada de impermeabilização de caleira e reparação do tecto falso na agência de viagens;
- Empreitada de execução da laje da cobertura - casa das máquinas do elevador;
- Reparação de paredes e pavimentos da sala da reprografia no Palácio de S. Bento e pintura de paredes no hall da biblioteca;
- Beneficiação do tecto em abóbada do átrio da entrada - parque interior – Palácio de S. Bento;
- Empreitada de obras de beneficiação dos gabinetes do secretariado e Conselho de Administração – salas 4050 e 4051 sobre loja do Palácio e pinturas no gabinete da Secretária-Geral;
- Obras de beneficiação das salas 4011 e 4014 sobreloja do Palácio;
- Pinturas de nichos nas escadas de acesso às galerias do Senado;
- Empreitada de execução da laje de cobertura - Casa das máquinas do elevador n.º1;
- Empreitada de impermeabilização da cobertura e beneficiação interior do corredor de ligação do NE ao Palácio de S. Bento;
- Empreitada de beneficiação dos corredores do Senado, Galerias dos Presidentes e Salas 5009, 5011, 5011A, 5013 e 5015 do Andar Nobre do Palácio de S. Bento;

- Fornecimento e instalação de uma nova conduta metálica de escape das caldeiras – na casa das caldeiras – Palácio;
- Obras de substituição do revestimento da cobertura do corpo das instalações da comunicação social - cobertura do Palácio de S. Bento;
- Reparação e pintura de paredes e tectos na escada de acesso ao Museu;
- Obras de impermeabilização da clarabóia exterior do Hemiciclo – Cobertura do Palácio;
- Empreitada de reabilitação e pintura de paredes e tectos da sala n.º7 das Comissões;
- Reparação e pintura de portas no refeitório da AR e Bar dos Srs. Deputados
- Tratamento de conservação e restauro do chão e *boiserie* - corredor do Senado/corredor dos Vice-PAR;
- Beneficiação e pintura do hall onde se encontra o busto da República -Andar Nobre;

D. Carlos I:

- Empreitada de pinturas de tectos e paredes no bar do Edifício D. Carlos I;

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 33,14% e 65,75%, respectivamente, concorreram para a prossecução de objectivos de melhoria nos termos da seguinte sistematização:

- Melhorar a qualidade das aplicações de informática (software), através de:
 - Licenciamento de produtos Microsoft;
 - Aplicação para a gestão dos pedidos de assistência técnica elaborados na AR@Net;
 - Introdução de novas funcionalidades na aplicação para gestão da votação do Orçamento de Estado;
 - Aquisição de Licenciamento para o servidor que disponibiliza a aplicação Terminologia Parlamentar na Internet;
 - Actualização das aplicações da AR@Net;
- Melhorar a qualidade do equipamento (hardware) para processamento da informação, através das seguintes aquisições:
 - Aquisição de equipamento informático (microcomputadores, impressoras e scanners);
 - Aquisição de equipamento informático diverso (pen-disk, discos, memórias, baterias, etc);
 - Aquisição da plataforma que suporta a Entidade Certificadora da Assembleia da República;
 - Aquisição de um sistema de ar condicionado para o Centro de Processamento de Dados;
 - Aquisição de sistema de videovigilância, controle de acessos, alarme e intrusão do Centro de Processamento de Dados;

No domínio do “**Equipamento Administrativo**”, com uma taxa de execução de 56,92%, o investimento distribui-se por várias áreas prossequindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República.

Relativamente ao investimento realizado no mobiliário, e à semelhança do ano anterior, continuou-se a apetrechar as diversas áreas da Assembleia da República – Grupos Parlamentares e Serviços da AR – de acordo com as necessidades sentidas, em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

- Aquisição de mobiliário destinado ao gabinete Vice-PAR do PP;
- Aquisição de mobiliário diverso para os Grupos Parlamentares PS, PSD, PCP, CDS-PP no Palácio;
- Aquisição de estantes em madeira para o GP PSD;
- Aquisição de mobiliário para as salas das Comissões Parlamentares nºs 6002,6003 e 7002;
- Aquisição de mobiliário diverso para os serviços da AR: DAC, CIC-RP, secretariado do PAR, AHP, DAPAT e DE.

Ao nível dos equipamentos de sistemas de **climatização e ventilação** realizou-se o fornecimento e montagem de duas unidades de ar condicionado destinados ao GP CDS-PP, e de mais duas unidades no edifício D. Carlos, destinados aos serviços da DILP e DAPAT, para além de melhoramentos efectuados em aparelhos instalados em outros gabinetes, particularmente, na alteração do gás R22 para o gás 407C.

Merece, igualmente, destaque o investimento que tem vindo a ser realizado na adaptação dos elevadores da Assembleia da República para acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, cumprindo o estipulado no DL nº 123/97, de 22 de Maio e o DL nº 320/2002, de 28 de Dezembro. Para tal, foram efectuadas as seguintes alterações:

- a) Colocação de portas duplas no elevador da Casa Amarela e no elevador nº16 na cozinha;
- b) Comunicação bidireccional, entre a cabine e o serviço de emergência, efectuados nos elevadores da Casa Amarela e nos elevadores nº 10 e nº11 do Palácio e no elevador nº 1 do Edifício Novo;
- c) Colocação de betoneiras em Braille e adequadas à altura das pessoas com mobilidade condicionada, efectuados nos elevadores nº 4, 5 e 6 do Palácio;
- d) Dispositivo de controlo de excesso de carga, colocados nos elevadores da casa amarela, Parque de estacionamento subterrâneo, elevadores nº 10 e 11 do Palácio, elevadores nº1 e nº 2 do Edifício Novo e no monta-cargas do AHP e da reprografia.

No que respeita à rubrica “**Equipamento de gravação e audiovisual**”, cuja taxa de execução foi de 16%, salienta-se: a abertura do concurso público internacional para aquisição de equipamento de imagens de televisão nas salas 7, 8 e 9 das Comissões Parlamentares; aquisição de equipamento para rede interna de montagem *on line* (Canal Parlamento);

upgrade do sistema de interpretação simultânea da Sala do Senado para formato digital, no sentido de melhorar o nível da sua fiabilidade e qualidade; aquisição de um *software* para controlo de tempos em reuniões da Presidência da União Europeia; alteração de algumas funcionalidades do *software* do sistema de votação electrónica, em resultado das alterações do Regimento.

7.1 Projectos transitados para 2008

A identificação dos projectos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2008, por via da respectiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 25 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2008

| EDIFÍCIOS |
|--|
| Trabalhos adicionais relativos à Empreitada de Requalificação do Espaço Pombal |
| Execução de novas bancadas para a Sala do Senado |
| Empreitada de restauro de vãos de caixilharia e portas do exterior do Palácio de S. Bento |
| Reforço estrutural das lajes de tecto das Salas 5008, 5010, 5012, 5016 e 5017 |
| Novo Sistema AVAC da Ala Sul Poente - Andar Nobre do Palácio de São Bento |
| Remodelação do Sistema de Iluminação para o Hemiciclo |
| EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO |
| Aquisição de blocos de gavetas e mesa de reuniões para 2 Grupos Parlamentares |
| Aquisição de 6 expositores para a Livraria |
| Aquisição de 1 armário destinado a um gabinete de deputados de Grupo Parlamentar no NE; |
| Aquisição de secretárias, armários e cadeiras destinados à DAC |
| Aquisição de cadeiras de estirador para o AHP |
| Aquisição de 1 bengaleiro para o auditório do EN |
| Aquisição de armários para a DAPAT, AHP e GP PS (no EN) |
| Aquisição de candeeiros de secretária para Grupo Parlamentar |
| EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL |
| Sistema de Televisão AR/Canal Parlamento: Equipamento para as salas 7, 8 e 9 com ampliação de canais de vídeo na Internet. |
| Adaptação do Sistema de Votação Electrónica e de Áudio |
| Sistema de digitalização de gravação áudio |
| Aquisição de 2 Ecrãs Plasma para o Hemiciclo |
| OUTROS INVESTIMENTOS |
| Aquisição de 1 telecopiador para os Serviços da AR |
| Aquisição de 1 Máquina de destruir papel grande |

8. Execução Financeira

8.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 26 ressalta que enquanto que o grau de execução orçamental foi de 77,36% ($€97.279 10^3 / €125.755 10^3$), o grau de execução financeira foi de 74,30%, valor que resultou do abate do diferencial entre as despesas autorizadas e as processadas, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

| Despesa por Classificação Económica | OAR2007 | | | GR% Orçamental | GR% Financeira |
|-------------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------|----------------|
| | Dotação corrigida | Encargos Assumidos | Despesa Paga | | |
| | 1 | 2 | 3 | | |
| Despesa Corrente | 116.349.271,30 | 92.505.138,65 | 89.664.841,38 | 79,51% | 77,07% |
| Despesas com Pessoal | 45.871.806,64 | 42.829.095,18 | 42.811.523,00 | 93,37% | 93,33% |
| Remun. certas e permanentes | 36.539.508,60 | 34.895.656,60 | 34.884.976,60 | 95,50% | 95,47% |
| Abonos variáveis ou eventuais | 4.460.542,75 | 3.832.774,50 | 3.832.774,50 | 85,93% | 85,93% |
| Segurança social | 4.871.755,29 | 4.100.664,08 | 4.093.771,90 | 84,17% | 84,03% |
| Aquisição de bens e serviços | 25.535.158,22 | 19.397.829,48 | 16.580.587,98 | 75,97% | 64,93% |
| Aquisição de bens | 2.712.831,70 | 1.883.642,37 | 1.520.356,56 | 69,43% | 56,04% |
| Aquisição de serviços | 22.822.326,52 | 17.514.187,11 | 15.060.231,42 | 76,74% | 65,99% |
| Juros e outros encargos | 7.850,00 | 6.826,32 | 6.826,32 | 86,96% | 86,96% |
| Juros e outros encargos | 7.850,00 | 6.826,32 | 6.826,32 | 86,96% | 86,96% |
| Transferências correntes | 11.532.961,25 | 11.244.854,40 | 11.239.550,81 | 97,50% | 97,46% |
| Entidades Privadas ou Públicas | 37.000,00 | 36.999,92 | 36.999,92 | 100,00% | 100,00% |
| Entidades autónomas | 11.477.761,25 | 11.202.550,89 | 11.202.550,89 | 97,60% | 97,60% |
| Exterior | 18.200,00 | 5.303,59 | 0,00 | 29,14% | 0,00% |
| Subvenções | 32.937.749,92 | 18.605.168,00 | 18.605.168,00 | 56,49% | 56,49% |
| Subvenção aos Partidos Políticos | 32.113.758,07 | 17.782.072,55 | 17.782.072,55 | 55,37% | 55,37% |
| Subvenção aos Grupos Parl. | 823.991,85 | 823.095,45 | 823.095,45 | 99,89% | 99,89% |
| Outras despesas correntes | 463.745,27 | 421.365,27 | 421.185,27 | 90,86% | 90,82% |
| Dotação provisional | 15.334,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Diversas | 448.411,00 | 421.365,27 | 421.185,27 | 93,97% | 93,93% |
| Despesa de Capital | 9.405.729,05 | 4.774.279,37 | 3.768.378,92 | 50,76% | 40,06% |
| Aquisição de bens de capital | 8.584.499,18 | 3.953.049,50 | 2.947.149,05 | 46,05% | 34,33% |
| Investimentos | 5.138.281,28 | 1.816.442,67 | 1.051.678,87 | 35,35% | 20,47% |
| Locação Financeira | 66.322,00 | 65.350,06 | 64.043,52 | 98,53% | 96,56% |
| Bens do Domínio Público | 3.379.895,90 | 2.071.256,77 | 1.831.426,66 | 61,28% | 54,19% |
| Transferências de capital | 821.229,87 | 821.229,87 | 821.229,87 | 100,00% | 100,00% |
| Entidades autónomas | 821.229,87 | 821.229,87 | 821.229,87 | 100,00% | 100,00% |
| Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | n. aplic. | n. aplic. |
| Dotação provisional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | n. aplic. | n. aplic. |
| Total | 125.755.000,35 | 97.279.418,02 | 93.433.220,30 | 77,36% | 74,30% |

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2008, no montante total de €3.846 10³, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 27.

Quadro 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2008 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

| Despesa por Classificação Económica | OAR2007 | | | | Encargos por pagar |
|-------------------------------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|---------------------|
| | Encargos Assumidos | Estrutura | Despesa Paga | Estrutura | |
| | 1 | 2=1/Σ1 | 3 | 4=3/Σ3 | |
| Corrente | 92.505.138,65 | 95,09% | 89.664.841,38 | 95,97% | 2.840.297,27 |
| Despesas com Pessoal | 42.829.095,18 | 44,03% | 42.811.523,00 | 45,82% | 17.572,18 |
| Remun. certas e permanentes | 34.895.656,60 | 35,87% | 34.884.976,60 | 37,34% | 10.680,00 |
| Abonos variáveis ou eventuais | 3.832.774,50 | 3,94% | 3.832.774,50 | 4,10% | 0,00 |
| Segurança social | 4.100.664,08 | 4,22% | 4.093.771,90 | 4,38% | 6.892,18 |
| Aquisição de bens e serviços | 19.397.829,48 | 19,94% | 16.580.587,98 | 17,75% | 2.817.241,50 |
| Aquisição de bens | 1.883.642,37 | 1,94% | 1.520.356,56 | 1,63% | 363.285,81 |
| Aquisição de serviços | 17.514.187,11 | 18,00% | 15.060.231,42 | 16,12% | 2.453.955,69 |
| Juros e outros encargos | 6.826,32 | 0,01% | 6.826,32 | 0,01% | 0,00 |
| Juros e outros encargos | 6.826,32 | 0,01% | 6.826,32 | 0,01% | 0,00 |
| Transferências correntes | 11.244.854,40 | 11,56% | 11.239.550,81 | 12,03% | 5.303,59 |
| Entidades Privadas ou Públicas | 36.999,92 | 0,04% | 36.999,92 | 0,04% | 0,00 |
| Entidades autónomas | 11.202.550,89 | 11,52% | 11.202.550,89 | 11,99% | 0,00 |
| Exterior | 5.303,59 | 0,01% | 0,00 | 0,00% | 5.303,59 |
| Subvenções | 18.605.168,00 | 19,13% | 18.605.168,00 | 19,91% | 0,00 |
| Subvenção aos Partidos Políticos | 17.782.072,55 | 18,28% | 17.782.072,55 | 19,03% | 0,00 |
| Subvenção aos Grupos Parl. | 823.095,45 | 0,85% | 823.095,45 | 0,88% | 0,00 |
| Outras despesas correntes | 421.365,27 | 0,43% | 421.185,27 | 0,45% | 180,00 |
| Dotação provisional | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Diversas | 421.365,27 | 0,43% | 421.185,27 | 0,45% | 180,00 |
| Capital | 4.774.279,37 | 4,91% | 3.768.378,92 | 4,03% | 1.005.900,45 |
| Aquisição de bens de capital | 3.953.049,50 | 4,06% | 2.947.149,05 | 3,15% | 1.005.900,45 |
| Investimentos | 1.816.442,67 | 1,87% | 1.051.678,87 | 1,13% | 764.763,80 |
| Locação Financeira | 65.350,06 | 0,07% | 64.043,52 | 0,07% | 1.306,54 |
| Bens do Domínio Público | 2.071.256,77 | 2,13% | 1.831.426,66 | 1,96% | 239.830,11 |
| Transferências de capital | 821.229,87 | 0,84% | 821.229,87 | 0,88% | 0,00 |
| Entidades autónomas | 821.229,87 | 0,84% | 821.229,87 | 0,88% | 0,00 |
| Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Dotação provisional | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 |
| Total | 97.279.418,02 | 100,00% | 93.433.220,30 | 100,00% | 3.846.197,72 |

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2008.

O Quadro 27 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, sendo que do diferencial entre ambas (Σ Despesa paga/ Σ Despesa assumida) reflectem, em termos globais, uma variação de 4%, apresentando execuções financeiras, respectivamente, de 96,93% para as despesas correntes, e de 78,93% para as de capital, (relevando-se desta leitura que a AR assume um atempado prazo para pagamento).

Face à totalidade dos encargos assumidos, no montante de €97.279.418,02, constata-se que apenas €3.846.197,72 transitaram para 2008.

Nestes termos, a despesa assumida e que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2008, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas, uma vez que a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de Dezembro, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

8.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita cobrada, as receitas próprias da AR representam apenas 3,4%, tendo essa representatividade aumentado relativamente a 2006, em que se situava apenas nos 2,5%. Por outro lado, estas receitas registaram um acréscimo de 32%, cuja análise se efectuará de seguida, correspondendo a um grau de realização de 191,77%, e assim excedendo as previsões efectuadas aquando da elaboração do OAR2007 Suplementar.

Quadro 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

Unidade: Euro

| natureza das Receitas cobradas | 2006 | 2007 | Var% |
|---|----------------------|----------------------|---------------|
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Publicações, impressos e artigos diversos | 67.886,34 | 53.644,10 | -20,98% |
| Outros bens | 49.592,02 | 50.829,57 | 2,50% |
| Juros | 974.159,97 | 1.371.205,47 | 40,76% |
| Guias de reposição não abatidas | 565.887,25 | 816.240,48 | 44,24% |
| Vendas de senhas de refeição | 279.853,73 | 294.300,40 | 5,16% |
| Rendas | 46.727,89 | 49.092,10 | 5,06% |
| Receitas diversas - AR | 87.445,71 | 43.806,53 | -49,90% |
| Receitas diversas - CNPD | 225.564,16 | 354.346,29 | 57,09% |
| Receitas Cobradas | 2.297.117,07 | 3.033.464,94 | 32,06% |
| Transferências do OE (Corrente e Capital) | 88.314.606,00 | 86.821.835,77 | -1,69% |
| Total | 90.611.723,07 | 89.855.300,71 | -0,83% |

Quanto à receita proveniente da venda das senhas de refeição, esta registou um aumento de 5,16%, apesar de se ter verificado um decréscimo de refeições vendidas, passando de 73.667 em 2006 para 64.847 em 2007.

Os montantes relativos a “Receitas Diversas” foram inferiores em 49,9% aos valores apurados em 2006, atenta, fundamentalmente, ao facto de ter diminuído substancialmente a cobrança aos Funcionários Parlamentares relativa aos encargos enquanto beneficiários dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça, o que se encontra intimamente relacionado com o quadro normativo, desde 2006, ter apenas permitido a manutenção de um universo restrito com acesso a este subsistema de saúde.

Relativamente aos rendimentos gerados pelas aplicações financeiras, estes registaram um aumento de 40,76% devido a uma melhor aplicação dos excedentes de tesouraria.

O financiamento com origem no OE, que representa 96,6% do total do OAR2007, ficou 1,69% abaixo em relação ao exercício anterior, conforme é evidenciado no Quadro 28.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2007 constam do quadro abaixo.

Quadro 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS EM 2007

Unidade: Euro

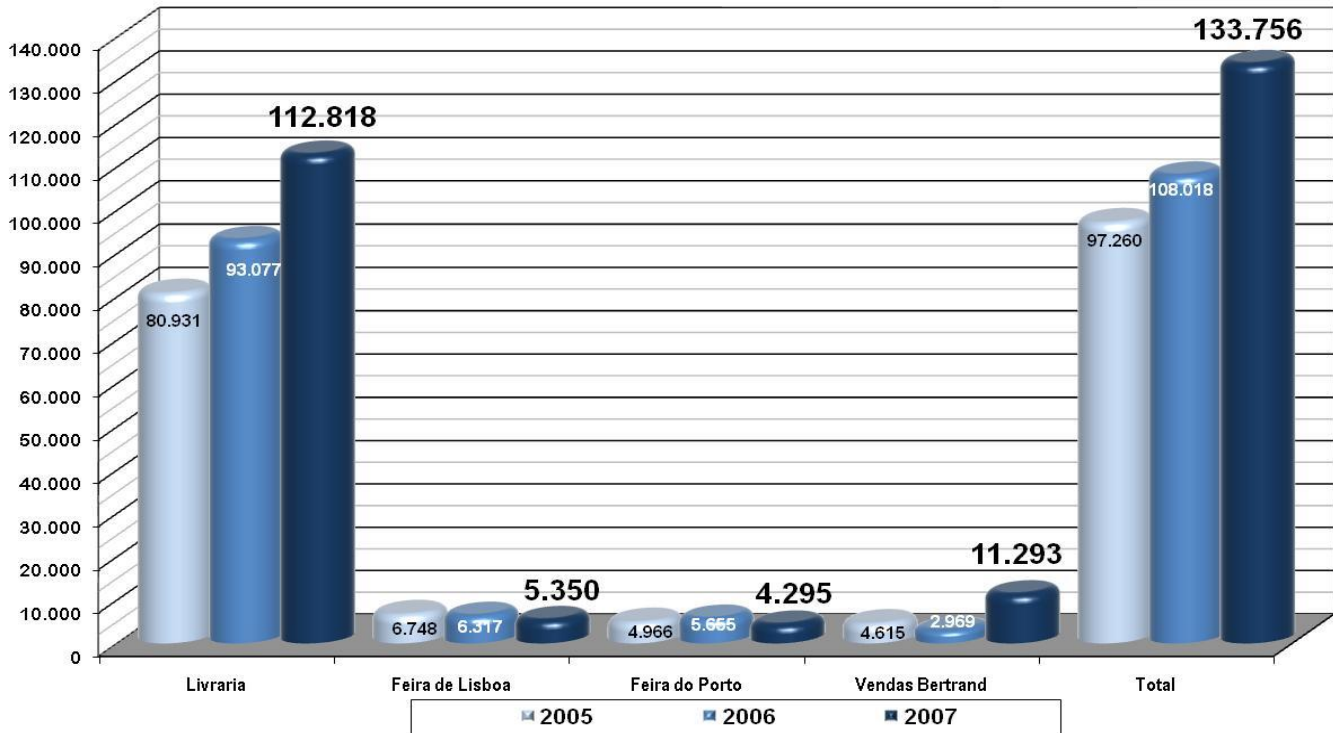
| Natureza | Receita OAR2007 | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------|
| | corrigida | cobrada | GR% |
| | 1 | 2 | 3=2/1 |
| Publicações, impressos e artigos diversos | 60.000,00 | 53.644,10 | 89,41% |
| Outros bens | 27.500,00 | 50.829,57 | 184,83% |
| Juros | 780.000,00 | 1.371.205,47 | 175,80% |
| Guias de reposição não abatidas | 100.000,00 | 816.240,48 | 816,24% |
| Vendas de senhas de refeição | 246.000,00 | 294.300,40 | 119,63% |
| Rendas | 45.612,50 | 49.092,10 | 107,63% |
| Receitas diversas - AR | 7.700,00 | 43.806,53 | 568,92% |
| Receitas diversas - CNPD | 315.000,00 | 354.346,29 | 112,49% |
| Receitas Cobradas | 1.581.812,50 | 3.033.464,94 | 191,77% |
| Transferências do OE (Corrente e Capital) | 88.418.655,09 | 86.821.835,77 | 98,19% |
| Total | 90.000.467,59 | 89.855.300,71 | 99,84% |

Da análise do Quadro 29 constata-se que a receita cobrada foi superior à orçamentada em quase todas as rubricas, sublinhando-se o grau de realização verificado nas “Guias de Reposição”.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico seguinte, verificando-se um aumento significativo face a 2005 e a 2006:

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR

Unidade: Euro

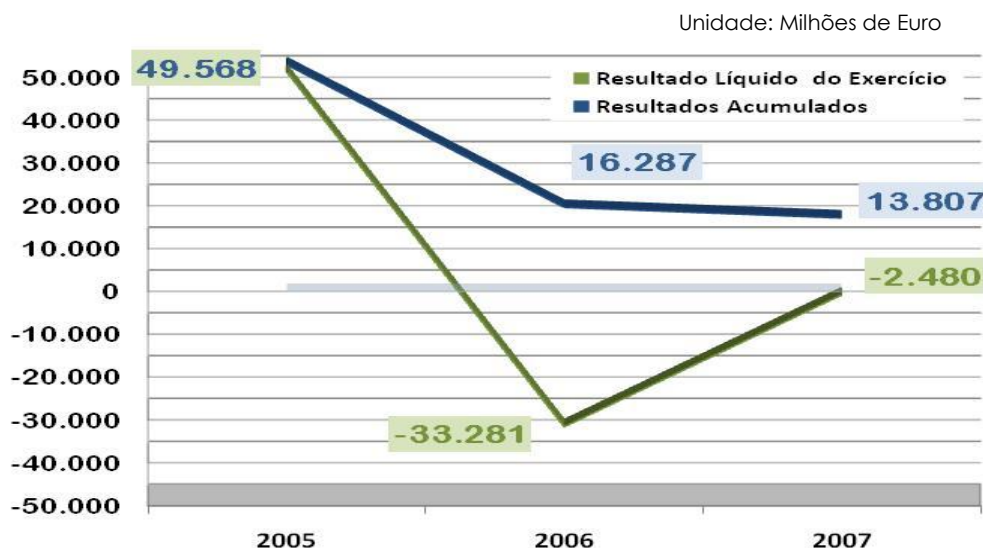


9. Situação Patrimonial da AR a 31 de Dezembro de 2007

Como parte integrante do presente Relatório, importa uma abordagem económica, pelo que é de reter alguns Rácios de Situação Financeira, Rentabilidade e de Estrutura reflectidos pelos mapas patrimoniais reportados a 2007.

Não obstante a implementação da contabilidade patrimonial se ter iniciado em Dezembro de 2005 e tendo presente que 2006 representou o primeiro ano económico de efectiva aplicação do POCAR na gestão corrente da Assembleia da República, evidencia-se a natural limitação à maturidade do sistema. Na realidade, uma análise patrimonial sólida e coerente assentará necessariamente na evolução registada ao longo de um período não inferior a um quinquénio.

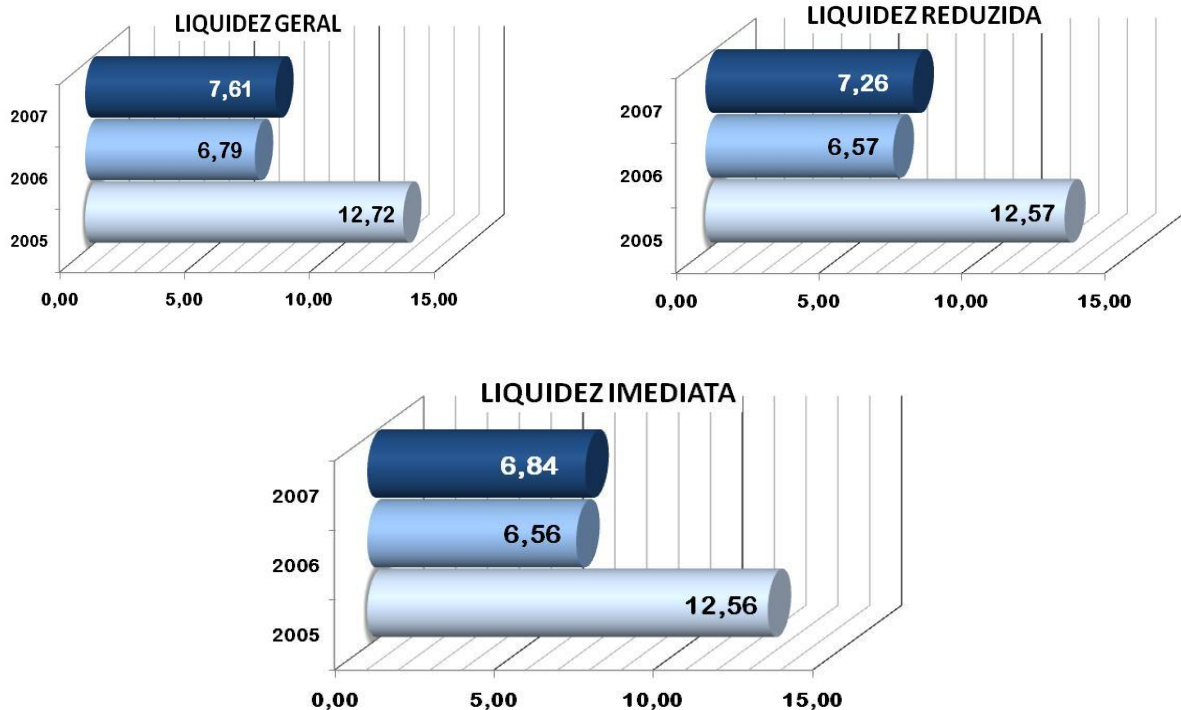
Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



A evolução dos Resultados Líquidos apurados desde o ano piloto da introdução da contabilidade patrimonial na AR (cfr. gráfico 16) reflecte encargos ocasionais registados como custos operacionais, cujo impacto patrimonial se deveria reflectir exclusivamente em termos de Balanço, sem afectação directa de Proveitos ou Custos de exploração (como sucedeu, por exemplo, em 2005 e 2006 com as Subvenções Estatais para as Campanhas Eleitorais autárquicas realizadas em 2005).

A especialização destas operações e o seu reflexo contabilístico foram aperfeiçoados ao longo do exercício de 2007, o que se traduz numa maior acuidade dos Resultados Líquidos apresentados (-€2.480.166,63), existindo, contudo, um amplo espaço para a introdução de procedimentos de melhoria nesta matéria ao longo de 2008, em consonância com a implementação do Sistema Integrado de Gestão da AR (SIGAR).

À semelhança do evidenciado em 2006, a situação de liquidez financeira reflectida na situação patrimonial a 31/12/2007, apresenta valores elevados, traduzidos pelos rácios de Liquidez.



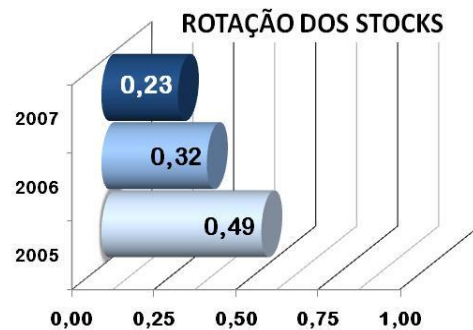
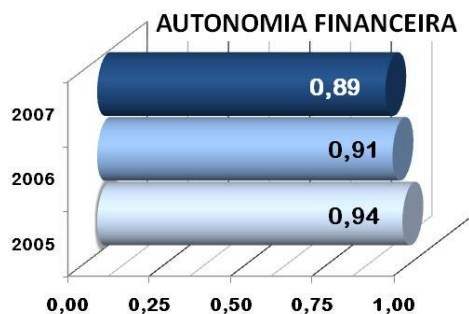
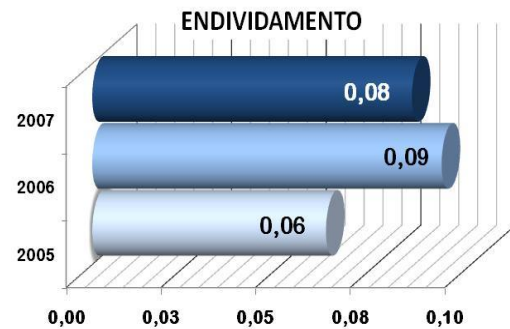
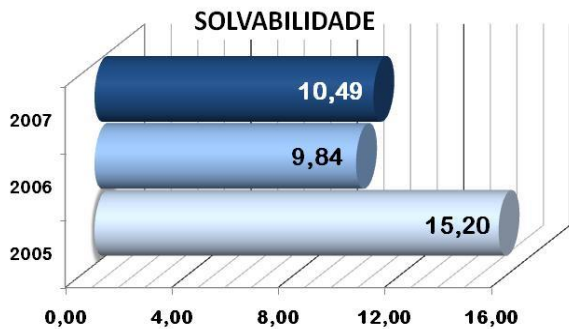
A liquidez imediata (Disponibilidades/Dividas a 3^{os}) com o índice a crescer, para 6,84 - uma variação de 4,3% face a 2006 e superando largamente os intervalos de equilíbrio mínimo, que variam entre 0,8 e 1,2. Quanto ao rácio de Liquidez Geral (Activo Circulante/Dividas a 3^{os}), apresenta um valor de 7,61, sendo que o intervalo de equilíbrio mínimo se situa entre 1,5 a 2.

Para estes valores concorre sobretudo o facto de a Assembleia da República, enquanto Órgão de Soberania e Entidade Pública, deter, receitas maioritariamente provenientes de transferências do OE, pelo que a tendência é a de apresentar rácios de equilíbrio económico elevados, dada a sua vocação operacional quase exclusivamente dedicada à prestação de serviços de âmbito não comercial ou empresarial. Nesse sentido, a desproporção de relações verificada entre o Activo Circulante e o Passivo, encontra-se alinhada com a verificada na maioria das entidades de natureza operacional idêntica.

De igual modo, os rácios utilizados como indicadores estruturais da organização (Solvabilidade, Endividamento e Autonomia Financeira), apresentam valores que suplantam os intervalos de segurança financeira.

Assim, a análise à respectiva evolução entre 2005 e 2007, não obstante permanecerem períodos atípicos pelas razões já anteriormente referidas, permite identificar, pela assimetria dos valores

evidenciados em 2005 face aos apresentados em 2006 e 2007, melhorias quanto à especialização económica das operações contabilísticas.



No que respeita ao indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências) a sua evolução permite identificar uma melhoria de processos de gestão de aprovisionamentos e racionalização do consumo, mas sobretudo o aumento de actividades correntes em 2007 (acompanhadas, naturalmente, por um aumento ao nível da utilização de *inputs*, isto é, consumíveis necessários às várias actividades desenvolvidas), oportunamente apresentadas neste Relatório. Contudo, a variação verificada de 2006 para 2007 é influenciada pelo processo de reavaliação de Stocks realizada pela Divisão de Edições. Esta medida, cuja realização periódica confere consistência ao próprio sistema contabilístico, acaba, no entanto, e no período em que é efectuada, por influenciar o indicador em questão na medida em que a revalorização dessas Existências contribui para a redução do índice contabilístico da sua rotação, aproximando o seu valor do 0.

Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 59º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respectivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de Abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral
Maria Adelina de Sá Carvalho

Adjunta da Secretária Geral
Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo

Adjunta da Secretária Geral
Teresa Xardoné

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Divisão de Apoio ao Plenário
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Pedro José Teixeira Guerreiro Valente

Divisão de Edições
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca
José Luís Martins Tomé

Arquivo Histórico-Parlamentar
Leonor Faria Calvão Borges



Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Maria José Brandão da Silva Tigleira Afonso

Divisão de Gestão Financeira
Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay

Divisão de Aprovisionamento e Património
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais
Cristina Isabel Gonçalves Ferreira

Divisão de Protocolo
Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado

Centro de Informática
João Viegas Vilhete d'Abreu

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
João José da Costa Santos Gil

Serviço de Segurança
Tenente-Coronel Victor Alberto Dias Rosa